



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental

JOSÉ CARLOS LIMA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NA
ESCOLA MUNICIPAL ALMIRANTE ERNESTO DE MOURÃO SÁ NO
MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA**

SALVADOR
2019

JOSÉ CARLOS LIMA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS QUESTOES AMBIENTAIS NA
ESCOLA MUNICIPAL ALMIRANTE ERNESTO DE MOURÃO SÁ NO
MUNICÍPIO DE SALVADOR-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador, para a obtenção de Título de Mestre Planejamento Ambiental.

Orientador (a): Prof. Dr. Marcelo Cesar Lima Peres

SALVADOR
2019

Ficha catalográfica – UCSAL

LIMA, José Carlos

Desafios e perspectivas das questões ambientais na escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá no município de Salvador-Ba/ José Carlos Lima - Salvador: UCSal. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, 2019. 118pg.

Dissertação (Mestrado). Universidade Católica do Salvador, Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental, orientador: Prof. Dr. Marcelo Cesar Lima Peres.

1.Meio ambiente. 2. Escola. 3. Interdisciplinaridade. 4. Agenda 21. Universidade Católica do Salvador. - Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. III Título

CDU

Comissão Avaliadora:

Prof^a. Dr^a. Kátia Regina Benati
Universidade Católica do Salvador

Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Prof. Dr. Marcelo Cesar Lima Peres (Orientador)
Universidade Católica do Salvador

Dedico este trabalho aos meus amigos de profissão, da área de educação, em especial ao meu orientador Dr. Marcelo Cesar Lima Peres por acreditar, confiar e participar da realização de um sonho.

AGRADECIMENTO

Muitíssimo obrigado a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental da Universidade Católica de Salvador (UCSAL), em especial aos professores Dr. Marcelo Cesar Lima Peres e a professora Dr^a. Kátia Benati, pelo comprometimento, seriedade, palavras de incentivo, atenção, por não medir esforços para que fossem superadas todas as dificuldades dessa caminhada e, em especial, aos demais professores e funcionários da Universidade Católica de Salvador (UCSAL).

Agradeço a Deus que, com seu infinito amor, tem sido meu refúgio, minha fortaleza, pois sem Ele eu não teria traçado o meu caminho e feito a minha escolha pela profissão na área do Magistério.

Serei eternamente grato aos colegas de profissão que contribuíram para ampliar o meu conhecimento e, de modo singular, aos demais colegas/amigos por ter me apoiado e ficarem ao meu lado nos momentos mais complexos da vida acadêmica. Foi muito bom compartilhar esses momentos com vocês!

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações. (Artigo 225 – Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

RESUMO

A educação ambiental é um veículo para a concretização, no âmbito empírico, do Estado de Direito Ambiental, afinal, cidadãos com acesso à informação têm melhores condições de atuar sobre a sociedade, de articular suas ideias e de agir frente às causas de seu interesse. O presente trabalho pretende demonstrar como as questões ambientais podem ser uma excelente ferramenta pedagógica para educação crítica no ensino fundamental. Utilizando propostas transdisciplinares desenvolvidas através de temas geradores extraídos da análise da constituição e de legislações ambientais específicas, alunos poderão se tornar agentes de transformação socioambiental. Diante do mencionado, o presente estudo tem como questão de pesquisa: Como tem sido desenvolvidas as questões ambientais no contexto da Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá através das práticas ambientais? A partir da educação ambiental crítica e da transdisciplinaridade o art.225 da CF/88, a Lei 9.394/1996 LDB e a Lei 9.795/1999 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental são analisados e comparados demonstrando oportunidades de trabalho pedagógico diferenciados,apontando sempre para transformação social, justiça ambiental e posicionamento crítico dos educandos frente às verdadeiras relações de poder envolvidas nas questões ambientais. Por meio das pesquisas realizadas foi possível avaliar a importância da Educação Ambiental na implementação da Agenda 21 na Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá. Verificou-se que as concepções produzidas na escola analisada focaliza, prioritariamente, os decorrentes problemas ambientais mais estreitamente integrados a uma vertente do ambiente local, pautadas nas temáticas tradicionais como os ruídos, resíduos, o desmatamento e a poluição do ar e das águas, muito embora não se separe da efetivação de ações comprometidas com as mudanças ambientais e sociais mais abrangentes.

Palavras-Chave: Meio ambiente. Escola. Interdisciplinaridade. Agenda 21

ABSTRACT

Environmental education is a vehicle for the achievement, within the empirical, of the State of Environmental Law, after all citizens with access to information have better conditions to act on society, to articulate their ideas and act on the causes of your interest. The present work aims to demonstrate how as environmental practices can be an excellent pedagogical tool for critical education in the elementary school. Using the proposed cross-discipline developed through generating themes extracted from the analysis of the constitution and the laws specific environmental, students will be able to become agents of social-environmental transformation. Through environmental education critical and transdisciplinary approach to art.225 of the CF/88, the Law 9.394/1996 LDB and the Law 9.795/1999 que establishes the National Policy of Environmental Education are analyzed and compared demonstrating the opportunities of the pedagogical work in different ways. Pointing always to social transformation, environmental justice and critical positioning of the learners in front of the true relations of power involved in environmental issues. Through the research and literature review was conducted a bibliographical survey, having as objective assess the importance of Environmental Education in the implementation of agenda 21 in the Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá through environmental practices. Finally, through the results obtained it was possible to assess the importance of Environmental Education in the implementation of agenda 21 in the Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá through the environmental practices it was found that the conceptions produced in the school reviewed focuses, as a priority, the arising environmental problems more closely integrated to a strand of the local environment, based on the traditional theme such as noise, waste, deforestation, and pollution of air and water, although not separate to the effectiveness

Keywords: Environmental education, Agenda 21, Environmental Practices.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Compreensão sobre a formação de cidadãos críticos preocupados com as questões socioambientais	52
GRÁFICO 2- Considera muito importante trabalhar a temática da sustentabilidade na EA escola.....	53
GRÁFICO 3- Considera muito importante tornar a escola um espaço sintonizado com a sustentabilidade socioambiental.....	51
GRÁFICO 4 - Tenho pleno conhecimento sobre o artigo 225 da constituição Federal do Brasil de 1988.....	52
GRÁFICO 5 - Identifiquei mudanças significativas no espaço comunitário em decorrência das ações ligadas a EA.....	55
GRÁFICO 6 - Participei ativamente do processo de formulação do PPP da escola.	56
GRÁFICO 7- Incluo em minhas ações didáticas o desenvolvimento do projeto de EA.....	57
GRÁFICO 8 - Contribuí de forma efetiva através de minha participação docente do projeto de EA da escola	58
GRÁFICO 9- Considera muito importante os componentes transversalidade e interdisciplinaridade na minha atividade docente ligada a Educação Ambiental ...	59
GRÁFICO 10 - Pratico de forma efetiva as ações docentes realizadas de forma transversal e interdisciplinar sobre Educação Ambiental.....	60
GRÁFICO 11 - Em minha prática educativa a escolha dos conhecimentos saberes e práticas estão contextualizadas na realidade local e estabelece nexos e vínculos com a realidade global.....	61
GRÁFICO 12 – Áreas de Convivência Agradáveis.....	62
GRÁFICO 13 – Número de lixeiras suficientes?	64
GRÁFICO 14 – Áreas de Convivência Agradáveis.....	64
GRÁFICO 15 – Participaria de ação voluntária para limpeza ou embelezamento.....	65
GRÁFICO 16 – Cuida da preservação do ambiente onde se encontra?	66
GRÁFICO 17 – Existem bancos/mesas suficientes para os alunos no intervalo ...	66
GRÁFICO 18 – Barulho nas salas de convívio e ao redor dela incomoda?	67
GRÁFICO 19 – Costuma ouvir música em volume alto?	67
GRÁFICO 20 – Toque de início/fim de aula incomoda?	68

GRÁFICO 21 – Separa resíduos em casa	68
Gráfico 22 Se separa, o que separa	69
GRÁFICO 23 – Sabe o significado da “Política dos 4Rs?	69
GRÁFICO 24 – Sabe o destino dos resíduos gerados em casa?	70
GRÁFICO 25 – Sabe para onde vai o esgoto da cidade?	70
GRÁFICO 26 – Utiliza todas as páginas do caderno/monobloco, frente e verso?	71
GRÁFICO 27 – Reutiliza papel? Exemplo: rascunho?	71
GRÁFICO 28 – Deixa a torneira aberta ao escovar os dentes	72
GRÁFICO 29 – Apaga a luz do ambiente que não está sendo utilizado	73
GRÁFICO 30 – Desliga a TV e deixa em Stand-by?	73
GRÁFICO 31 – Onde mora, tem alguma ação de preservação ambiental?	74

INDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Instrumentos para coleta de dados e respectivos sujeitos.....	45
QUADRO 2 - Perfil dos professores analisados.....	51
QUADRO 3 - Quadro reporta aos planos da Educação Ambiental pesquisados pelos educandos.....	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.	12
2 EDUCAÇÃO E SUA DIMENSÃO AMBIENTAL		22
2.1 CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL		24
2.1.1 Especificidades da Educação Ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável.....		26
2.2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA AGENDA 21		35
3 PERCURSO METODOLÓGICO		42
3.1 PÚBLICO ALVO.....		44
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....		45
3.2.1 Instrumentos da Pesquisa		45
4 RESULTADOS DAS PESQUISAS	Erro! Indicador não definido.	
4.1 Análises da pesquisa realizadas com os professores.....		48
4.2 Análises da pesquisa realizadas com os alunos.....		62
5 CONCLUSÃO		79
5.1 Considerações a Partir da Percepção das Questões Ambientais, após Implantação do Planejamento Ambiental.....		83
REFERÊNCIAS		86
APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES		86
APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS		89
PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO A SER IMPLEMENTADA PELA ESCOLA PESQUISADA, COMO SUGESTÃO, NO PPP DA MESMA		94
ANEXOS		106

1 INTRODUÇÃO

Devido a minha trajetória viajando durante oito anos pelos municípios para fazer a formação continuada enquanto Formador do Pacto do Ensino Médio, tive o privilégio de presenciar de perto muitas escolas que faziam um trabalho com Educação Ambiental. A minha escolha pela Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá foi por a mesma encontrar-se em Salvador, facilitando o trabalho da pesquisa por encontrar-se mais próxima, ao passo que outras localizadas no interior da Bahia, por exemplo o Colégio Centenário em Itaberaba – Ba, trabalho com reuso da água do ar condicionado; o Colégio Liberdade também em Itaberaba-Ba, trabalho com reciclagem de pet; em Salvador outros Colégios que atendem ao ensino médio, tais como o Colégio Modelo e o Ruben Dario, fazem trabalho com educação ambiental; porém a escola escolhida trabalha apenas com o fundamental e por isso corresponde melhor aos objetivos da agenda 21, por atender aos objetivos da Carta Jovens Cuidando do Meio Ambiente, pois prevê a continuação nas gerações futuras através desses jovens.

Deste modo, entende-se que ações que contribuam no fomento para a formação dos professores serão de grande alcance para um processo de multiplicação da Educação Ambiental dentro e fora da escola em busca de transformações na realidade de todos e melhoria da qualidade de vida.

Além da verdade, as escolas precisarão desenvolver seus próprios projetos de implementação e utilização de uma Agenda 21 Escolar para que possam transformar “ideias ecológicas” em espaço de vida, de prazer e trabalho, estudo interdisciplinar e transversal, de dedicação e reconhecimento de sua utilidade para toda a comunidade.

Apesar das adversidades existentes em muitas unidades de ensino, a maioria dos seus profissionais está consciente e ciente dos seus valores individuais e coletivos. Veiga (2016) traz argumentações que elucidam à reflexão no que se refere à prática pedagógica, atentos a inovações favorecedoras a essa prática, estando em busca de uma pedagogia emancipante, conseqüentemente com resultados positivos ao processo ensino-aprendizagem.

Percebe-se, deste modo, a necessidade de outras pesquisas que focalizem a Educação Ambiental em distintas ações políticas, compreendendo que mais do que 'manuais' sobre o que seria mais apropriado, são as efetivas experiências desenvolvidas pelos professores em suas instituições de ensino que podem planejar adequadamente, auxiliar e realizar ações consistentes para sustentabilidade.

Penso que a escola, enquanto instituição é apontada como espaço estratégico devidamente vocacionado para disseminação dos princípios e da metodologia da educação ambiental, tanto como contribuição decisiva para o nível de conscientização individual acerca da gravidade dos problemas ambientais, quanto como mecanismo promotor e indutor de novas atitudes coletivas, ambos em consonância com valores de uma formação verdadeiramente cidadã.

Ressaltando a tese de que a educação ambiental não é somente um segmento da educação, mas, como menciona Loureiro (2010) a própria educação na sua complexidade e abrangência. Ou seja, não podemos vê-la somente como uma disciplina isolada, acima de tudo, um assunto tratado de forma interdisciplinar nas escolas.

Atualmente, a implementação da Agenda 21 em escolas, mais associada ao processo de Educação Ambiental, poderá promover a sustentabilidade através de práticas ambientais que fomentem as habilidades dos alunos para entender, criticar e participar de forma racional no discurso e em questões controversas sobre a sustentabilidade, que exigem uma abordagem holística¹ para abordar os aspectos sociais, culturais e éticos.

Desenvolver o entendimento mencionado em aprendizes é essencial para a transação efetiva da educação para um futuro sustentável. Percebe-se que há um consenso crescente de que, para um repensar de modo sustentável sobre a natureza abrangente, seus problemas e soluções, numa perspectiva holística, deve-se utilizar no ensino, questões de práticas e ações ambientais. Entre os desafios da educação encontramos o olhar para a realidade de forma a modular a teoria com a prática, ultrapassando fórmulas antigas que nos dão conta das enormes transformações na sociedade que estão a exigir respostas e intervenções mais

¹ Refere-se a ideia de que toda propriedade de um dado sistema em qualquer campo de estudo não pode ser determinada ou explicada pela soma das partes dos seus componentes.

adequadas. O plano educacional requer perspectivas com propostas de mudanças qualificadas, garantindo ao processo ensino-aprendizagem dispositivos e atitudes significativas, objetivando assim, uma escola renovada, reinventada que consiga criar mecanismos de competências e habilidades da demanda que participa desse contexto denominado Escola/Educação.

Segundo a Lei nº 9394, de 20 de novembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), e a Lei nº 13005, de 2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação e trata da Educação Ambiental de forma transversal, é instituído o desenvolvimento de processos de integração da sociedade com a escola.

Neste sentido, tem-se com o intuito de envolver os estudantes como participantes efetivos do processo de criação e manutenção, bem como, o envolvimento dos professores como suporte à base criadora interdisciplinar e transversal, administrado dentro de cada escola, sendo esse projeto de criação e implantação incentivado pela Secretaria Municipal da Educação.

Isso apoia o fato de que o meio ambiente deve ser visto como uma construção social, visto como um conjunto de facetas interagentes e interdependentes, onde as dimensões biofísica, social, econômica e política fazem parte de sua totalidade e interagem uns com os outros. Em outras palavras, o meio ambiente é um padrão interativo de fatores políticos, sociais e econômicos no mundo biológico e físico.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) foi reconhecida como um processo importante para aumentar a conscientização pública e a compreensão do desenvolvimento sustentável. Ao contrário da maioria dos movimentos educacionais, o início da EDS não se originou da comunidade educacional, iniciada por fóruns políticos e econômicos internacionais, como as Nações Unidas, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (CADEI; SANTIAGO, 2007).

Assim, a EDS pode ser vista como um objetivo para EA. Neste estudo, a EA pode ser entendida como um processo de ensino e aprendizagem em que os conceitos ambientais e de desenvolvimento são explicados e, em segundo lugar, em que os valores e atitudes ambientais são explorados através da interação direta com

o meio ambiente, para criar o comportamento que capacita indivíduos e grupos para melhorar a qualidade de vida e garantir a sustentabilidade dos sistemas nos ambientes social, natural e econômico.

Segundo os princípios da EA são considerados como um processo contínuo de aprendizagem ao longo da vida. Esses objetivos testemunham que a EA visa promover compreensão, valores e habilidades em todas as formas de setores; aprender sobre os problemas ambientais e como melhor aliviá-los. A incorporação da EA no currículo escolar deve ser vista como uma abordagem holística que visa contribuir para a melhoria da relação entre seres humanos e o meio ambiente.

Autores como Andrade (2010) e Dias (2015) enfatizam temas fundamentais do desenvolvimento sustentável - o impacto das ações contemporâneas nas gerações futuras e das ações locais sobre as pessoas do outro lado das abordagens pedagógicas de demanda mundial enfatizando visões, imaginação sociológica e empatia. Além disso, a rápida taxa de mudança e alto grau de complexidade nas sociedades modernas enfatizam a importância da interdisciplinaridade cruzada no ensino sobre o multidimensional.

Neste contexto, parece crucial considerar as perspectivas dos professores, a sua vida cotidiana e o contexto socioeconômico para o seu trabalho se quisermos melhorar a educação para a sustentabilidade nas escolas. Conforme sublinhou Guimarães (2005) todos os novos conhecimentos introduzidos nas escolas devem ser contextualizados em relação à vida cotidiana e às práticas de ensino da escola. O que, então, caracteriza a vida cotidiana e as práticas de ensino da escola dentro das quais a EA deve ser integrada.

Os seguintes temas foram enfatizados como característicos da prática de um professor, e podem ser reconhecidos por alguns professores: multidimensionalidade, que se refere à necessidade dos professores lidarem com múltiplas situações diferentes ao mesmo tempo, exigindo escolhas constantes; simultaneidade, que enfatiza que todas essas questões e escolhas acontecem ao mesmo tempo; rapidez, que se refere à necessidade de manter certo ritmo e estrutura para manter a atenção dos alunos; imprevisibilidade, o que enfatiza que o professor deve ter sempre uma série de alternativas para a lição na manga para lidar com o inesperado - também

chamado de competências em reflexões em ação (BERTOLUCCI; MACHADO; SANTANA, 2013).

Nesta perspectiva, a Agenda 21 é considerado um instrumento de planejamento participativo para a implementação de ações pedagógicas transversais e que tem como eixo principal a sustentabilidade, direcionado para a conservação ambiental. Tal instrumento é resultado de uma ampla consulta à população brasileira, sendo estabelecida a partir das diretrizes da Agenda 21 global.

A finalidade principal da Agenda 21 é a mudança do padrão de construção e implementação, a ser praticado pela humanidade no século XXI. A este novo padrão, que compõe a eficiência econômica, justiça social, e equilíbrio ambiental, denominou-se Desenvolvimento Sustentável. Assim, a Agenda 21 não objetiva exclusivamente objetivos ambientais, também não é um processo de implementação de um documento de governo. É um acordo ético entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil com o futuro de uma nação, em que todos são co-responsáveis com a preservação e conservação do meio ambiente.

Em paralelo com o supracitado, a Agenda 2030 busca também inovar e ampliar o eixo de temas a serem tratados para realizar o desenvolvimento sustentável, levando em consideração os dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável, os quais estão engendrados entre si por se convergirem mutuamente.

Para o desenvolvimento de políticas educacionais adequadas às propostas da norma Jurídica Ambiental, urge que a Educação Ambiental seja concebida como inseparável da educação geral, pois o meio ambiente requer indivíduos devidamente aptos para o uso adequado da natureza com rigor, disciplina e obediência às leis. Ao educando devem ser oferecidas possibilidades de acesso à informação, sempre em linguagem adequada ao seu nível de entendimento, assim como é pregado pelo princípio da Informação do Direito Ambiental, nas suas diversas normatizações.

Assim, no ambiente escolar é importante trabalhar com a sensibilização e de maneira sustentável entre os jovens estudantes, buscando transformá-los em atores principais para a causa, sendo que, estes serão fundamentais para a criação e manutenção da Agenda 21 escolar, atuando como multiplicadores dentro da comunidade para o crescimento da causa ecológica.

O meio ambiente adquire um conteúdo humanístico, que reflete diretamente nas condições de vida das pessoas que vivem nos grandes centros urbanos. Assim, questões como a falta de moradia digna, a falta de saneamento básico, a poluição atmosférica e uma série de outros problemas dessa ordem também tratam-se de problemas ambientais, que adentram na esfera do direito ambiental como questões socioambientais.

Para tal finalidade, justifica-se a presente pesquisa tendo como premissa desenvolver um trabalho que articule o processo a permanente construção, ajustes, avaliação e adequação à realidade do Município (e da região), levando em consideração a valorização de metodologias que favoreçam não só o trabalho individual, mas também o coletivo, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, da criatividade, da autonomia, entre outras habilidades.

Deste modo, as abordagens sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não podem ser vista como um saber único, pois tais questões abordam distintas vertentes, fundamentadas por diferentes saberes, tais como políticos, sociais, econômicos e culturais, entre outros.

A inserção do meio ambiente junto com outros temas curriculares de características ético-humanistas como pluralidade cultural, ética, saúde e orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 2010 foi um avanço para as políticas de educação ambiental, mas em termos epistemológicos podemos dizer que se inicia, aqui, já uma compartimentalização da educação ambiental. Ora, a educação ambiental abrange tanto a dimensão ética quanto a dimensão da pluralidade cultural (LEITE; MININNI-MEDINA, 2014).

Vista dessa maneira, a educação é mediada por uma pluralidade de linguagens e de representações da leitura do mundo das relações humanas, das formas de comunicação, de trabalho, da produção de conhecimento e das políticas sociais e econômicas locais e globais. Eftting (2007) afirma que a aprendizagem e o conhecimento extrapolam os limites da escola e estão submetidos a uma outra lógica.

A ecologia cognitiva² é constituída por espaços de agenciamento onde são conservadas ou geradas as formas de conhecimento, de aprendizagem, de pensamentos e de constituição de novas constituições e tecnologia. Enquanto a ecologia aponta para a existência de relações, interações e diálogos de diferentes organismos, a cognitiva indica a relação com um novo conhecimento. Ou seja, tem a incumbência de proporcionar uma dinâmica de relações entre os sujeitos, objetos e meio ambiente, que propiciem outras formas de compreender e apreender os processos de construção de novos saberes. A ecologia cognitiva enfatiza o valor social das ações integradoras de indivíduos e grupos (LÉVY, 1998).

Segundo Pierre Lévy (1998), a Educação Ambiental é responsável pela construção de uma nova “Ecologia Cognitiva”. O uso da técnica em geral e a informática, constituem um espaço de disputa do sentido, formando uma zona de conflito entre várias estratégias sociais. Com este novo comportamento, além da dimensão econômica e suas implicações, a sociedade tem na informação a mudança na forma de interpretar o mundo.

Está na hora de começar a mapear os novos contextos cognitivos dentro e fora da escola, promover novas situações de ensinar-aprender e melhorar o conhecimento acerca da ecologia cognitiva para possibilitar melhores interações para aflorar o sentir-se aprendendo.

A partir do pressuposto de que múltiplos e variados aspectos interferem no ensino-aprendizagem e convivem, ao mesmo tempo, com o caos e com a ordem, no movimento ordem/desordem/organização. Dessa maneira, é até possível dizer que a educação é “auto eco organizativa”, no sentido de que uma dimensão é atravessada por várias outras dimensões, assim como o sujeito é atravessado por várias identidades.

Na Teoria das coletividades pensantes de Lévy (1998), os sujeitos são tão múltiplos que os indivíduos, as coletividades e as instituições produzem diferenças que os distinguem nessa rede de relações produzidas. Assim, a educação implica

²O termo Ecologia Cognitiva, desenvolvido por Pierre Lévy em seu livro *Tecnologias da Inteligência* (1998), foi baseado nas ideias de Gregory Bateson (1991) sobre a ecologia da mente e de Pierre-Félix Guattari, que também apresenta este termo em seu livro *As três ecologias* (1989). A ecologia cognitiva constitui um espaço constituído de relações constitutivas, no qual se conceituam as possibilidades cognitivas institucionais, técnicas e individuais.

aprendizagens individuais e coletivas nas quais esteja embutida uma relação com as expectativas tanto individuais como coletivas.

Com efeito, compreender a auto-eco-organização³ da educação revela toda a sua complexidade e passa a considerar o autoconhecimento, a autoaprendizagem e a auto formação inseparáveis da produção das subjetividades e integrantes de suas redes de relações. Essas produções dão sentido ao mundo, e o conhecimento concebido como rede se processa no emaranhado de contextos, situações, experiências, vivências, relações, associações e interações.

Assim, a tentativa do “despertar ecológico” promovido pela educação ambiental induz uma nova ética, construída sobre princípios socioambientais, que podem servir de ponto de partida não apenas para a efetiva proteção do meio ambiente, mas também para reavaliar a totalidade das circunstâncias que envolvem as relações atinentes à sociedade contemporânea.

No cenário atual, o papel das ações políticas de educação da escola e da Educação Ambiental deve ter finalidade de despertar a consciência ambiental aos indivíduos de forma plena, devendo ser creditado em grande parte ao esforço de toda uma sociedade integrada.

Neste sentido, a reflexão e implementação da educação ambiental, nas escolas e nas comunidades, tem como objetivo viabilizar os valores e os conceitos sobre Educação Ambiental para o desenvolvimento de habilidades e modificação de atitudes voltadas ao meio ambiente em relação as pessoas.

Como processo de organização e construção de valores sociais, atitudes e competências, seu foco é a conservação do meio ambiente, o uso comum dos recursos naturais e as práticas ecológicas essenciais à qualidade de vida e à sua sustentabilidade.

Desta forma, o papel da escola é de suma importância para a implementação com a finalidade de favorecer a transformação da sociedade pela percepção dos riscos ambientais provocados pela ação humana, assim como pela neutralização dos complexos problemas ambientais, pela mudança dos sistemas de valores e de comportamentos. Portanto, Educação Ambiental deve ter a finalidade fortalecer os

³Auto-eco-organização conceito de autoria do autor Morin (2007), a qual expressa uma nova maneira de enxergar a indissociabilidade entre o sujeito e mundo.

princípios de que a Educação geral no plano maior abrace a educação ambiental como um novo repensar educacional nas escolas, neste contexto os alunos devem ter consciência crítica e consciente do meio ambiente.

No cenário atual, apreende-se que, a escola é um espaço privilegiado para determinar informações e conexões, como uma das possibilidades para construir alternativas e condições que estimulem os educadores a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e, especialmente, perceberem-se como integrantes importantes do meio ambiente.

A educação regular continua sendo um espaço relevante para a criação e, sobretudo, o desenvolvimento de valores e reflexões comprometidas e empenhadas com a sustentabilidade.

A Educação Ambiental é descrita como uma educação que busca desenvolver nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a viver, trabalhar e governar de forma a alcançar a sustentabilidade para sua comunidade e as nações em geral. Além disso, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável é vista como uma abordagem para o ensino ou um processo de aprendizagem que requer estratégias de ensino interconectadas e interativas, como o pensamento crítico, a tomada de decisões participativas, a aprendizagem baseada em valores e abordagens multi-métodos.

A implementação da Agenda 21 é principalmente da responsabilidade dos governos, através de estratégias, planos, políticas e procedimentos nacionais. Organizações internacionais e regionais também são chamadas a contribuir para esse esforço. A participação pública mais ampla e o envolvimento ativo de organizações não governamentais e outros grupos são encorajados. Crítico para a efetiva implementação dos objetivos, políticas e mecanismos instituídos pelos governos em todas as áreas programáticas da Agenda 21 será o compromisso e envolvimento genuíno de todas as instituições e grupos sociais.

O plano educacional requer perspectivas com propostas de mudanças qualificadas, garantindo ao processo ensino-aprendizagem dispositivos e atitudes significativas, objetivando assim, uma escola renovada, reinventada que consiga criar mecanismos de competências e habilidades da demanda que participa desse contexto.

Diante do mencionado, o presente estudo tem como questão de pesquisa: Como tem sido desenvolvidas as questões ambientais no contexto da Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá através das práticas ambientais?

O objetivo geral consiste em analisar a possibilidade da implementação da agenda 21 na Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá através das reflexões das questões ambientais, e como objetivos específicos: promover ações para as lacunas identificadas, que fomentem a transversalidade de Educação Ambiental e Sustentabilidade; verificar os Projetos de Educação Ambiental na escola analisada quanto aos seus objetivos, procedimentos metodológicos, conteúdos e avaliação implementados e verificar se existe interação entre a escola e os projetos de Educação Ambiental e se estão relacionados aos problemas socioambientais na escola e desenvolver um Plano de Ação referentes às questões ambientais, a ser implementada pela escola pesquisada, como sugestão, no PPP da mesma.

A presente pesquisa assumiu como linha metodológica a investigação qualitativa, pois “(...) enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.11). Buscou-se, nesta abordagem, o entendimento e compreensão dos fenômenos a partir de seu contexto histórico no qual o particular é analisado como um interesse da totalidade social.

Assim a pesquisa é vista como uma relação entre sujeitos, deste modo dialógica, na qual o pesquisador, torna-se uma parte integrante de todo processo pesquisado. Ao levar em consideração a historicidade, análise crítica, a totalidade e a contradição, esta abordagem certamente busca expressar em seu fundamento teórico-conceitual, os eixos de sua discussão dialética.

A escolha da unidade de ensino veio do fato de a Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá fazer parte da rede pública, sendo possível contar com seu espaço para a realização da pesquisa, além de sua localização próxima a área de estudo, é também uma das escolas onde o programa “Escola da Família” atua, o que permitiu a adesão dos alunos deste programa ao projeto.

O presente estudo está dividido três capítulos, o primeiro buscou discorrer sobre a dimensão de Educação Ambiental, demonstrando as especificidades da

Educação Ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável a partir dos princípios e diretrizes da Agenda 21.

O segundo buscou apresentar o percurso metodológico, identificando o público alvo, os procedimentos de coleta dos dados e os instrumentos da Pesquisa.

No terceiro capítulo está o registro das discussões em relação aos dados construídos, bem como a proposta para construção do produto final que auxiliará o contexto pesquisa na solução de seus desafios, promovendo a integração dos temas socioambientais, os fundamentos teóricos e a mediação com os sujeitos de pesquisa na construção de um compêndio de resultados.

2 A EDUCAÇÃO E SUA DIMENSÃO AMBIENTAL

presente capítulo tem como objetivo abordar aspectos da Educação Ambiental, assim como a concepção de meio ambiente, a qual foi definida de forma diferente ao longo da história. Anteriormente, o termo meio ambiente era considerado o mundo ao nosso redor (BERTOLUCCI; MACHADO; SANTANA, 2013). O termo agora está sendo estendido para incluir o ambiente artificial, bem como o ambiente político, econômico, cultural e social.

De acordo com Silva (2009, p.33), o conceito deve ser

[...] globalizante, “abrangente de toda a natureza, o artificial e original, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arquitetônico”.

É um meio biológico em que os seres humanos vivem, as inter-relações entre as pessoas, o meio ambiente e entre as pessoas em si. Isso apoia o fato de que o meio ambiente deve ser visto como uma construção social, visto como um conjunto de facetas interagentes e interdependentes, onde as dimensões biofísica, social, econômica e política fazem parte de sua totalidade e interagem uns com os outros (DIAS, 2015).

Em outras palavras, o meio ambiente é um padrão interativo de fatores políticos, sociais e econômicos no mundo biológico e físico. Do que é dito acima, Leff (2011) concluiu que as pessoas fazem parte do meio ambiente, portanto, o meio ambiente deve ser visto como um objeto que precisa ser preservado. Eles também enfatizam que as pessoas devem proteger o meio ambiente, especialmente o ambiente natural, porque atende a muitas de nossas necessidades.

As definições anteriores compreendem o ambiente em uma visão mais ampla. A visão mais ampla do meio ambiente cria um quadro útil para garantir que os aspectos sociais, políticos, econômicos e biofísicos das questões sejam reconhecidos como inter-relacionados ao lidar com os problemas do ponto de vista ambiental (LEITE; MININNI-MEDINA, 2014).

O ambiente é mostrado em uma visão holística que vê todos os aspectos do mundo como inter-relacionados através de padrões de um sistema interdependente.

A visão holística do meio ambiente inclui os sistemas naturais que fornecem os recursos ambientais, os sistemas sociais em que as pessoas vivem em conjunto, os sistemas econômicos que proporcionam empregos e renda às pessoas e o sistema político em que as pessoas tomam decisões políticas ao usar o natural meio ambiente.

Na maioria dos países, a Educação Ambiental (EA) tem sido vista como a tarefa de educar o público sobre a conservação da natureza ou como proteger o meio natural de ser danificado por atividades humanas. É conhecida como educação que envolve os indivíduos na excitação da observação de primeira mão da natureza e fornece compreensão dos padrões e processos nos mundos natural e social, a fim de cuidar dos seus ambientes. EA como um conceito foi definido de forma diferente por diferentes autores (MEDINA; SANTOS, 2010).

2.1 CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com Dias (2013), a Educação para o Desenvolvimento Sustentável deve ser implementada nas escolas. No entanto, a implementação coloca muitos desafios para professores devido à complexidade de questões de desenvolvimento sustentável.

Duarte (2014) enfatiza que tal implementação envolve uma mudança do quadro teórico para um quadro mais filosófico que pode explicar as interações entre os mundos biofísicos e sociais e o papel de diferentes tipos de conhecimento que orientam a transição da sustentabilidade, portanto, exige um pensar diferenciado por parte dos professores.

No entanto, parece haver uma série de barreiras que os professores experimentam ao fazê-lo, portanto, inibem a implementação bem-sucedida da Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas escolas. É, portanto, que a integração do desenvolvimento sustentável no currículo escolar não garante a implementação bem sucedida da Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas escolas.

O ponto de vista de Andrade (2010) sobre isso é explorar as percepções dos professores de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e suas práticas de ensino, bem como fazer sugestões para melhorar a implementação efetiva nas escolas. Destaca-se que atualmente, os conceitos de Educação Ambiental e Educação para o Desenvolvimento Sustentável são amplamente discutidos na literatura e, sobretudo, nas políticas educacionais.

Tais debates ganharam um impulso considerável ao longo das últimas décadas e talvez exista um conjunto de literatura que argumenta que os objetivos e os sonhos dos educadores ambientais são semelhantes aos dos educadores envolvidos na Educação para o Desenvolvimento Sustentável porque ambos trazem uma visão para um mundo melhor (DIAS, 2013).

O conceito Educação para o Desenvolvimento Sustentável é a terminologia que é utilizada a nível global e foi apoiada pela EDS das Nações Unidas (2005-2014). Embora seja geralmente aceito que esses termos estão intimamente relacionados e possuem os mesmos objetivos, os termos são usados de forma sinônima neste estudo. Este estudo usa o termo Educação para o Desenvolvimento Sustentável para descrever uma educação que responda aos desafios da sustentabilidade (RUSCHEINSKY, 2012).

Isso ocorre porque o pesquisador considera Educação para o Desenvolvimento Sustentável como um escopo alargado da Educação Ambiental, na perspectiva utilizada neste estudo. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável é descrita como uma educação que ensina as pessoas a viver, trabalhar e governar de forma a alcançar a sustentabilidade para sua comunidade e as nações em geral.

O Ministério da Educação atesta que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável deve basear-se em pensamento crítico e inovador sobre questões fundamentais, a fim de promover a transformação e a construção da sociedade. As questões fundamentais em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento incluem a população, a saúde, a paz, os direitos humanos, a democracia, a fome e a degradação da flora e da fauna.

De acordo com as descrições anteriores, os três aspectos do desenvolvimento sustentável devem ser considerados como necessários para a sustentabilidade. Deve-se levar em conta a Agenda 2030, que corresponde a um

conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Os fatores sociais e culturais, como por exemplo, o aumento crescente das áreas urbanas, a falta de tratamento de efluentes, a falta de incentivo a reciclagem e as tecnologias de reuso, o uso irresponsável dos recursos, o aumento de veículos automotivos, a produção constante de resíduos e o consumo exagerado de bens materiais dentre outros, são a causa de problemas ambientais e o desenvolvimento é necessário para atender às necessidades sociais e econômicas dos seres humanos para promover a conservação ambiental e para o desenvolvimento sustentável. Isto significa que o desenvolvimento sustentável implica na redução da quantidade de recursos utilizados que não traga nenhuma ameaça a saúde dos seres humanos ou do meio ambiente e não prejudicam as chances das gerações futuras de satisfazerem suas necessidades (AGENDA 21 / UNCED, 2012).

A Agenda 21 estipula a forma como o desenvolvimento sustentável é entendido: o desenvolvimento sustentável é entendido como abrangendo o desenvolvimento do meio ambiente, o aprimoramento do crescimento econômico e a equidade social e a promoção do bem-estar das pessoas. Concentra-se na relação entre o desenvolvimento social e as oportunidades econômicas e os requisitos do meio ambiente para melhorar a qualidade de vida de todos, dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas de apoio.

No entendimento de Efftting (2012), esta abordagem holística para a EDS baseia-se em muitos princípios, incluindo o ensino de estudantes sobre ética ambiental e ajudando-os a experimentar diretamente o meio ambiente, para que o desenvolvimento sustentável seja realizado. As ações sobre o desenvolvimento sustentável oferecem uma oportunidade para a sociedade considerar futuros temas focados em sustentabilidade.

Ainda segundo Cardoso (2010), a fim de garantir que as políticas e leis que foram criadas sejam adequadamente reforçadas para enfrentar os desafios da sustentabilidade e melhorar a qualidade dos Ministérios de entrega de EDS, organizações não governamentais (ONGs) e agências doadoras precisam trabalhar juntas.

Neste contexto, parece crucial considerar as perspectivas dos professores, a sua vida cotidiana e o contexto socioeconómico para o seu trabalho se quisermos melhorar a educação para a sustentabilidade nas escolas. Conforme sublinhou Guimarães (2015) todos os novos conhecimentos introduzidos nas escolas devem ser contextualizados em relação à vida cotidiana e às práticas de ensino da escola.

Nesta perceptiva, o conceito de didática, conforme definido por Greca (2002), destaca as muitas formas simultâneas de aprendizagem e que a aprendizagem também ocorre através da forma, não apenas do conteúdo, do ensino, com base na noção de que nenhuma escolha é "natural". Isso aponta para a importância do que é ensinado, como é ensinado e por que é ensinado, e a questão do que ensina como uma pergunta a ser colocada em resposta à questão de "o que funciona". A escola pode ser tratada como uma arena passiva para a implementação de objetivos e metas políticas externas para a sustentabilidade, ou como um jogador ativo, enfatizando a importância do ambiente escolar, condições e significado para a educação para o desenvolvimento sustentável.

2.1.1 Especificidades da Educação Ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável

A educação tem um papel importante a desempenhar no processo de mudança de sociedade. De acordo com Loureiro, (2009), o objetivo final da educação é mudar o comportamento humano. Esta mudança requer medidas e instrumentos diversos para transformar nossa atitude, estilo de vida, padrão de participação social e concepções sobre como a política é conduzida.

O movimento da EDS foi uma das várias medidas para provocar mudanças, que colocaram em maior número de exigências sobre a educação em geral e a escolaridade em particular (SACHS, 2010). Isto significa que a EDS foi introduzida com o objetivo de promover uma educação solidária, capaz de gerar atitudes e compromissos responsáveis; que prepara cidadãos para fazer decisões bem fundamentadas destinadas a alcançar um desenvolvimento culturalmente plural, socialmente justo e ambientalmente sustentável (PNUD, 2005).

De acordo com Trajber Mendonça(2011) há um consenso crescente de que, para capturar a natureza abrangente dos problemas e suas soluções, uma

perspectiva holística deve ser usada no ensino de questões de desenvolvimento sustentável. Além disso, afirmam que a EDS deve se concentrar na relação entre os aspectos ecológicos, sociais e econômicos do desenvolvimento sustentável. Como esses aspectos são significativos na vida de todos os indivíduos, a EDS deve ser uma educação integral e deve ser apresentada como orientação e articulação de muitas disciplinas nas escolas.

Em outras palavras, a EDS deve atravessar o currículo. Isso provavelmente aumentará o conhecimento dos alunos sobre questões ambientais e de desenvolvimento. Ele garante que todos os alunos de todas as idades sejam conscientizados e compreendam como o ambiente funciona em cada assunto; desenvolvendo preocupação com o meio ambiente para se envolver ativamente no trabalho para resolver problemas ambientais e de desenvolvimento.

Acredita-se que um conhecimento aumentado leva a atitudes favoráveis, que por sua vez conduzem a ações que promovam melhor qualidade ambiental (ROCHA, 2006). Mais importante ainda, a EDS foi vista como instrumental em ser um meio para alcançar metas específicas de educação. O documento de discussão da Commonwealth⁴ sobre o desenvolvimento sustentável ecológico que vê a EDS em termos instrumentais, afirmou que as campanhas de educação pública podem ajudar na modificação do comportamento, visando reduzir a demanda por produtos com consequências ambientais desagradáveis e incentivar o uso de menos danos alternativos.

As Diretrizes das Nações Unidas para a Proteção do Consumidor (*United Nations Guide lines on Consumer Protection*), documento aprovado pela Resolução n. 39/248, de abril de 1985, que estabeleceu os direitos básicos do consumidor em nível mundial, incluiu a pauta do consumo sustentável, quando de sua revisão em 26 de julho de 1999, nos seguintes termos:

42. Sustainable consumption includes meeting the needs of present and future generations for goods and services in ways that are economically, socially and environmentally sustainable.

43. Responsibility for sustainable consumption is shared by all members and organizations of society, with informed consumers, Government, business, labour organizations, and consumer and environmental organizations playing particularly important roles. Informed consumers have an essential

⁴ Comunidade das Nações, originalmente criada como Comunidade Britânica de Nações, é uma organização intergovernamental composta por 53 países membros independentes.

role in promoting consumption that is environmentally, economically and socially sustainable, including through the effects of their choices on producers. Governments should promote the development and implementation of policies for sustainable consumption and the integration of those policies with other public policies. Government policy-making should be conducted in consultation with business, consumer and environmental organizations, and other concerned groups. Business has a responsibility for promoting sustainable consumption through the design, production and distribution of goods and services. Consumer and environmental organizations have a responsibility for promoting public participation and debate on sustainable consumption, for informing consumers, and for working with Government and business towards sustainable consumption⁵

Assim o surgimento do consumo humano verde atesta a capacidade de redução pública para modificar os padrões de consumo. Os programas escolares são um elemento importante da educação pública porque ajudam a moldar atitudes básicas e encorajam o comportamento responsável em um estágio inicial de desenvolvimento (ACSELRAD, 2012).

Para o propósito deste estudo, a EDS é instrumental porque está familiarizado com o conhecimento e as habilidades de desenvolvimento sustentável que são necessárias para transformar as atitudes e o comportamento dos indivíduos, a fim de avançar em direção à sustentabilidade. Leff (2011) sugeriu que, se a EDS deve ser aceita como educação significativa em termos de solução de problemas ambientais, ela precisa incluir três componentes vinculados.

Loureiro (2010) identificou esses componentes como educação, através e para o meio ambiente. Segundo ele, a educação sobre o meio ambiente enfatiza a aquisição de conhecimento sobre o meio ambiente e os processos e fatores

⁵A pauta do consumo sustentável inclui atender as necessidades de bens e serviços das presentes e futuras gerações, de modo que sejam sustentáveis econômica, social e ambientalmente. 43. A responsabilidade pelo consumo sustentável é compartilhada entre todos os membros e organizações da sociedade, incluindo consumidores informados, governos, empresas e organizações de defesa do trabalho, do meio ambiente e dos consumidores, os quais desempenham funções particularmente importantes. Os consumidores informados possuem uma função essencial em promover consumo que seja ambiental, econômica e socialmente sustentáveis, ao incluírem estes efeitos na escolha de seus fornecedores. Governos devem promover o desenvolvimento e a implementação de políticas para o consumo sustentável, bem como promover a integração destas políticas com outras políticas públicas. Estas políticas governamentais devem ser conduzidas em conjunto com empresas, consumidores e organizações voltadas para a defesa do meio ambiente, dentre outras organizações interessadas, através de consultas. Empresas têm a responsabilidade de promover o consumo sustentável no desenvolvimento, produção e distribuição de bens e serviços. Os consumidores e as organizações voltadas para a defesa do meio ambiente têm a responsabilidade de promover a participação e o debate públicos sobre o consumo sustentável, por informar os consumidores e de trabalhar com governo e empresas em prol do consumo sustentável. (tradução livre)

ecológicos que influenciam as decisões sobre como as pessoas usam o meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável abrange o meio ambiente, portanto, as pessoas precisam de conhecimentos básicos sobre o meio ambiente para entender os princípios do desenvolvimento sustentável, como estes podem ser implementados, os valores envolvidos e as consequências da implementação.

O conhecimento baseado em disciplinas tradicionais apoia a EDS. Argumenta-se que a aquisição de conhecimento e compreensão do meio ambiente permite aos aprendentes não apenas armazenar uma série de conceitos, fatos e números relevantes, mas também avaliar de forma crítica questões e situações à luz de uma compreensão informada (MAFALDO 2008).

Este é um requisito essencial para resolver problemas ambientais locais, nacionais e globais e para gerenciar o meio ambiente de forma responsável. À luz deste estudo, adquirir conhecimento sobre questões de desenvolvimento sustentável torna os alunos mais conscientes dos seus arredores. Quanto mais um aprendiz se tornar consciente de seu ambiente, mais ele pode crescer para apreciá-lo e assim fazer uso de seus recursos de forma sustentável. Outro componente, a educação através do meio ambiente pode ser a maneira mais poderosa de aprender e apreciar a maneira como o mundo natural funciona (ACSELRAD, 2010).

De acordo com Leff (2011), a educação através do meio ambiente é uma técnica pedagógica que utiliza o meio ambiente como recurso de aprendizagem. Veiga (2008) explica ainda que faz isso para adicionar a realidade, a referência e o exercício prático para a aprendizagem e proporcionar aos alunos uma apreciação do meio ambiente através do contato direto com ele.

Trabalhar através do contato direto com o meio ambiente leva à aquisição de uma grande quantidade de conhecimento e compreensão como resultado de experiências de primeira mão. Isso significa que a EDS deve ir além do ensino sobre o meio ambiente e seus problemas associados. Deve dar às pessoas habilidades práticas que os ajudarão a gerenciar e interagir com o ambiente local (LOUREIRO, 2014).

Ligado às ideias mencionadas, este estudo entende a educação a partir do meio ambiente como uma técnica pedagógica que visa aumentar a conscientização ambiental da experiência direta em configurações principalmente naturais. Isso apoia a ideia de que a EDS pode ocorrer dentro e fora da sala de aula através de atividades ao ar livre (ALMEIDA; FONSECA JÚNIOR, 2010).

É importante que a EA não tenha finalidade unicamente comportamental porque, assim, perde o caráter emancipador e transformador do processo educativo, pois deve levar em conta que a educação também é um ato político e pode se consolidar através de práticas sociais capazes de formar sujeitos políticos com capacidade para interagir de forma reflexiva e crítica na sociedade.

De acordo com Loureiro (2010), a finalidade da EA não é simplesmente “plantar sementes” que no futuro possam geminar e, assim, fazer com que todas as pessoas cooperem na superação dos problemas ambientais. Pois a sociedade não se resume à soma de comportamentos individuais, mas uma relação social e historicamente construída. Pois em tempo de utilitarismo, frivolidade e descaso com o outro, é necessário não dissociar indivíduo e sociedade, para que a EA alcance seus objetivos.

Acredita-se que a escola, como instituição de ensino, é capaz de atividades para difundir informações acerca de uma sociedade sustentável, pois é um espaço propício à formação de ideias e pessoas, por isso torna-se ambiente fértil para setrabalharquestões ambientais de forma sensibilizar os educandos.

Essas atividades incluem a realização de visitas curtas nos terrenos da escola e na comunidade local, visitando fazendas e despejos, além de outras atividades que podem melhorar o bem-estar dos aprendentes, da comunidade e do meio ambiente.

A realização de tais atividades provavelmente permitirá que os alunos aprendam em situações relevantes além da sala de aula. Isso é importante para ajudar os alunos a apreciar suas experiências de primeira mão a partir de uma variedade de perspectivas diferentes. Ele também permite que eles estabeleçam conexões entre o conhecimento adquirido na sala de aula em relação às questões ambientais que testemunham e aprimoram o aprendizado dos alunos, na medida em que serão capazes de identificar e resolver problemas em suas situações cotidianas.

Conseqüentemente, os alunos serão efetivamente envolvidos em práticas sustentáveis a nível local, nacional e internacional, o que os ajudará a trabalhar para um futuro mais equitativo e sustentável (CONDÉ, 1998). As experiências diretas também são ditas para permitir a reflexão e o desenvolvimento de consciência crítica e preocupação, que resultam em pensamento, participação e avaliação de resultados (WEID, 2013).

Vale ressaltar que a apreciação do nosso meio ambiente não é algo que poderia ser aprendido apenas em uma sala de aula, mas requer uma investigação do tempo gasto na presença da natureza. Isso pode influenciar as atitudes e os comportamentos dos alunos para uma direção mais positiva, desde que ocorra por um período de tempo adequado.

A educação para o meio ambiente engloba o crescimento de uma pessoa conhecedora em um indivíduo motivado, responsável e atencioso, que busca tomar medidas responsáveis para manter e nutrir um ambiente sustentável para as gerações presentes e futuras. Destina-se a encorajar os indivíduos a pensar de forma crítica e desenvolver uma consciência ambiental crítica por enquanto e para o futuro. A UNESCO (1999) argumentou que a educação deveria ser para o desenvolvimento sustentável e deveria basear-se em princípios pedagógicos orientados para a ação.

Hoje acredita-se que não seria possível pensar em sustentabilidade sem uma radical e profunda mudança no padrão societário e civilizatório vigente. Algumas pessoas consideram que, a partir do século XX, entrou-se em uma crise não apenas ambiental, mas civilizatória e que sua superação exigirá uma mudança de valores, a ponto de fazer o homem perceber que não é o centro da natureza, mas parte dela. O que deve motivá-lo a devolver a noção de natureza como sacralidade, que culturas antigas e contemporâneas a ela dedicavam (BRASIL, 2008).

Da mesma forma, Medina (2010) observa que a educação para o meio ambiente é uma combinação de ambientalismo radical e educação, que visa o bem-estar ambiental. O currículo destina-se a aumentar a conscientização dos alunos sobre as decisões morais e políticas, moldando seu meio ambiente e dando-lhes o conhecimento, atitudes e habilidades sobre as quais eles formam seu próprio julgamento e lhes permitem participar de políticas ambientais.

Tais objetivos são realizados através de projetos baseados em questões no ambiente imediato, que buscam desenvolver consciência e compreensão e culminar em algumas formas de ações comunitárias. Notavelmente, a partir das vistas acima, a aprendizagem e a reflexão sobre o meio ambiente provavelmente serão de natureza baseada em questões, orientadas para a ação e resolução de problemas.

Ou seja, a educação para o meio ambiente incentiva as crianças a refletir sobre aprendendo e desenvolvendo as habilidades para agir sobre o que aprenderam, bem como usar habilidades de resolução de problemas e de tomada de decisão para ajudar a provocar uma mudança (VIEIRA; RIBEIRO, 2014). No estudo citado, a educação para o meio ambiente é vista como um aprendizado que envolve os alunos na exploração e resolução de questões ambientais, a fim de promover estilos de vida compatíveis com o uso adequado e equitativo dos recursos.

Isto está ligado ao desenvolvimento de atitudes, valores e comportamentos necessários para o desenvolvimento de um uso sustentável e atencioso do meio ambiente. Isso apoia a ideia de Leff (2011) que sustentam que os valores são parte integrante da EDS. Eles reiteraram que os valores compreensivos são uma parte essencial da compreensão da própria visão de mundo e de outras pessoas.

Compreender os próprios valores, os valores da sociedade em que vive e os valores dos outros em todo o mundo é uma parte central da educação para a sustentabilidade. Portanto, os desenvolvedores curriculares precisam considerar a inclusão de novos valores que ajudarão as comunidades a alcançar seus objetivos de sustentabilidade. Alguns acadêmicos como Mendes e Albornoz (1993) consideram a educação para o meio ambiente como o único componente que pode ser vinculado à Educação Ambiental e não à educação sobre e através do meio ambiente. No entanto, para que a EDS seja efetivamente integrada no currículo escolar, deve ser na forma de educação sobre, através e para o meio ambiente. Isto implica que os três componentes são de igual importância. Em conjunto, os componentes são essenciais na concepção de programas de EDS em um currículo escolar (PALMER, 1998), uma vez que estão inter-relacionados

De acordo com Leff (2011), a educação para o meio ambiente baseia-se na educação sobre e através do meio ambiente; isso ajuda a desenvolver uma preocupação informada para o meio ambiente, uma ética ambiental sensível e as

habilidades para participar da proteção e aprimoramento do meio ambiente. Isso significa que ter conhecimento ambiental básico e trabalhar com o meio ambiente leva a um maior conhecimento e entendimento que o ajudará a desenvolver uma ética pessoal para o mundo.

No entanto, muitas ênfases foram colocadas em cada um dos componentes, dependendo do contexto de ensino. Por exemplo, Loureiro (2014) acreditam que cada um desses componentes pode incentivar os alunos a responderem ativamente se o professor acredita que esse seja o objetivo. Ao contrário, alertaram que a educação sobre e através do meio ambiente só é útil se eles fornecem habilidades e conhecimentos para apoiar a educação para o meio ambiente.

Caso contrário, nas mãos de educadores de professores experientes e comprometidos, a educação para o meio ambiente será a maneira mais eficaz de ajudar os alunos a se tornarem capacitadas e participar ativamente para construir um ambiente melhor para todos. Além disso, os programas de EA devem transmitir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que incentivem e apoiem a participação pública e a tomada de decisões da comunidade para um estilo de vida mais sustentável e para atingir os objetivos da EA.

Esses objetivos foram categorizados como segue:

Consciência: para ajudar todas as pessoas a adquirir uma consciência e sensibilidade para todo o ambiente e seus problemas.

Compreender: ajudar todas as pessoas a adquirir experiência em primeira mão e uma compreensão básica dos processos e problemas ambientais.

Atitudes e valores: ajudar todas as pessoas a adquirir valores de preocupação e responsabilidade pelo meio ambiente e a motivação para participar ativamente dos esforços para cuidar dela.

Habilidades: ajudar todas as pessoas a adquirir as habilidades para desempenhar seu papel na identificação e resolução de problemas ambientais (incluindo habilidades de julgamento, cooperação e resolução de conflitos).

Participação: proporcionar a todas as pessoas a oportunidade de trabalhar para a resolução de problemas ambientais. (UNESCO, 1978, 26-27.) Os programas de EE / ESD precisam enriquecer os alunos com conhecimento sobre desenvolvimento sustentável, desenvolver habilidades e mudar seus valores e atitudes para garantir um futuro sustentável.

Alguns programas devem ensinar aos alunos sobre o ambiente em que vivem e o dos outros; outros devem exigir que eles estejam em contato com o meio ambiente; outros devem procurar influenciar ações e comportamentos em apoio ao

desenvolvimento ecologicamente sustentável. Isso pode abranger uma ampla gama de objetivos de ensino em vários assuntos.

A EDS é uma inovação que foi introduzida no currículo escolar. É definido como um paradigma para pensar sobre o futuro em que as considerações ambientais, societárias e econômicas são equilibradas em busca do desenvolvimento e uma qualidade de vida melhorada (VIZENTIN, 2009)

Da mesma forma, Moreno (2009) acreditam que a EDS permite aos alunos imaginar formas alternativas de desenvolvimento e participar de ações tomadas de acordo com os objetivos. O principal objetivo da EDS, conforme descrito pelo Conselho de Educação Ambiental (CEE) para Currículo Nacional é permitir que os indivíduos desenvolvam conhecimento, valores e habilidades para participar na tomada de decisões; para desenvolver a forma como eles fazem as coisas de forma individual e coletiva, tanto a nível local como global, de modo a melhorar a qualidade de vida no presente sem prejudicar o planeta para o futuro (CEE, 1998).

Isso exige que a integração da EDS no currículo seja principalmente uma forma de ensino em que os alunos adquiram conhecimentos, valores, habilidades e o desejo de participar de qualquer atividade relacionada a questões ambientais e de desenvolvimento e para apoiarem ecologicamente, socialmente e desenvolvimento economicamente sustentável (GRECA, 2013).

O aspecto chave aqui é a aquisição de conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento sustentável, que permitem que os alunos se envolvam em uma variedade de práticas sustentáveis ao longo dos programas da escola inteira. A forma como a EDS deve ser implementada em sistemas educacionais foi discutida.

Sorrentino (2013) comentou brevemente sobre a importância de uma abordagem interdisciplinar na medida em que pode levar a melhorias no ensino de outras disciplinas e, em geral, melhorar o sistema educacional completo. Da mesma forma, Leff(2011) concorda ao dizer que uma abordagem interdisciplinar sensibiliza mais de um assunto e cria ensino e aprendizagem em equipe. Acredita-se que isso amplie a compreensão e a realização dos alunos em todas as matérias da escola, melhore a comunicação e enriqueça as experiências educacionais em geral.

Por outro lado, a introdução da EDS como sujeito requer professores com formação aprofundada que possam exigir tempo e dinheiro, e possivelmente sobrecarregar o currículo.

O Esquema Internacional de Implementação da UNESCO para a EDS afirma que as políticas públicas implementadas devem ser multidisciplinares holísticas e participativas, com desenvolvimento sustentável incorporado em todo o currículo e não deve ser ensinado como um assunto separado (UNESCO, 1999).

Oferecer EDS como um assunto separado pode se sobrepor ou competir com os assuntos existentes. Isso significa que os objetivos de ensinar outros assuntos podem entrar em conflito com os objetivos da Educação Ambiental, resultando na trivialização deste último. Loureiro(2004) aceita o argumento que, o meio ambiente (desenvolvimento sustentável) não é um assunto. É uma situação em que os alunos podem estar envolvidos ou em que outros podem estar envolvidos. Se um aluno estiver envolvido no meio ambiente, o conhecimento primário é uma das experiências.

O ambiente imediato de qualquer aluno particular é experimentado pessoalmente por essa pessoa. Loureiro (2009) reconheceu que a EDS não é um assunto com um conjunto de conhecimentos e habilidades, como outros assuntos. Em vez disso, é considerada uma situação em que os alunos podem estar envolvidos para desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes em relação ao meio ambiente. É, portanto, um tema transversal nos currículos escolares (UNESCO, 1999).

2.2 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA AGENDA 21

Documento organizado na Conferência das Nações Unidas em 1992 no Rio de Janeiro, a Agenda 21 tem como propostas o direcionamento de diretrizes ambientais. Tal mecanismo teve a participação de 179 países. Tem como finalidade ajudar a reverter o alarmante quadro de degradação ambiental que se encontra a nível mundial nos dias atuais.

No cenário brasileiro, a Agenda 21 é considerada como um instrumento e processo de planejamento integrativo para o desenvolvimento participativo, inspirada

a partir da Agenda 21 Global. Assim a Agenda 21 Local teve como meta principal avaliar e monitorar um plano municipal com arcabouço para o desenvolvimento sustentável.

As propostas integradoras da Agenda 21 envolvem proteção dos ecossistemas; precaução de solos agrícolas; proteção da saúde humana; valorização ambiental; assentamentos humanos sustentáveis; reciclagens; introdução de tecnologias limpas em empresas poluentes e subsídio para elaboração de políticas públicas; promoção do conhecimento ambiental em comunidades e instituições; consumo sustentável; objetivando uma melhor consciência ambiental da população no que concerne ao desenvolvimento econômico e urbano. Tais aspectos podem ser discutidos e sensibilizados desde muito cedo, no contexto escolar, em um ambiente capaz de proporcionar o conhecimento indispensável para o desenvolvimento de práticas e ações direcionadas às premissas da Agenda 21.

Pertinente destacar que a concretização de projetos da Agenda 21 deve ser realizada conforme a realidade do país, da cidade e da comunidade onde a população está inserida, levando em consideração as condições ambientais, sociais e econômicas, já que o projeto deve abranger a maioria das questões relativas ao desenvolvimento.

No âmbito escolar os projetos realizados com a Agenda 21 estão implementados na Agenda 21 Nacional que, notoriamente, é pautada pela Agenda 21 Global que direciona suas ações à realidade local, isso, independe se forem em áreas urbanas ou rurais.

Para a implementação de projetos fundamentados na Agenda 21, é indispensável que se inicie no meio escolar. Conforme o artigo 36.3 da Agenda 21 (BRASIL, 1992):

O ensino, inclusive o ensino formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento. Ainda que o ensino básico sirva de fundamento para o ensino em matéria de ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial do aprendizado. Tanto o

ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los.

Deste modo, através de ações realizadas conjuntamente dentro do contexto escolar, é possível observar as reais necessidades da escola, os bairros adjacências, a cidade e, por conseguinte, sucessivamente. Meire Rezler (2008) argumenta que, agenda 21 Escolar é um documento organizado pela própria escola e pelas instituições locais. Essa Agenda tem como um de seus pressupostos trabalhar com abordagens ligadas aos inúmeros problemas socioambientais locais, conforme a realidade de cada comunidade e instituição escolar.

A Agenda 21 afirma que "a educação é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a capacidade das pessoas para abordar questões ambientais e de desenvolvimento". Os jardins botânicos estão na vanguarda do desenvolvimento de programas de educação para apoiar a Agenda.

Percebe-se que a Agenda 21 no âmbito educacional em todo o mundo está agora a sofrer mudanças significativas ao ser redefinida para incorporar conceitos de desenvolvimento sustentável e abordar as recomendações da Agenda 21. Esse tipo de abordagem à educação é amplamente denominada "Educação para a Sustentabilidade" (ES), com o objetivo do ensino sobre questões e problemas locais, nacionais e globais.

A educação é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a capacidade das pessoas para abordar questões ambientais e de desenvolvimento. Enquanto a educação básica fornece o suporte para qualquer educação ambiental e de desenvolvimento, essa última precisa ser incorporada como parte essencial da aprendizagem. Tanto a educação formal como a não formal são indispensáveis para mudar as atitudes das pessoas, de modo que tenham capacidade para avaliar e abordar suas preocupações de desenvolvimento sustentável (TRAJBER; MENDONÇA, 2006).

Também é fundamental para alcançar consciência, valores e atitudes, habilidades e comportamentos ambientais e éticos compatíveis com o desenvolvimento sustentável e para uma efetiva participação pública na tomada de decisões. Para ser eficaz, o ambiente e a educação para o desenvolvimento devem

lidar com a dinâmica do ambiente físico / biológico e socioeconômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual), deve ser integrada em todas as disciplinas e deve empregar métodos formais e não formais e meios efetivos de comunicação.

A educação tem um papel importante a desempenhar no processo de mudança de sociedade, Pardo (2015) afirma que o objetivo final da educação é mudar o comportamento humano. Esta mudança requer medidas e instrumentos diversos para transformar nossa atitude, estilo de vida, padrão de participação social e concepções sobre como a política é conduzida.

O movimento da Educação para Desenvolvimento Sustentável (EDS) foi uma das várias medidas para provocar mudanças, que colocaram em maior número de exigências sobre a educação em geral e a escolaridade em particular. Isto significa que a EDS foi introduzida com o objetivo de promover uma educação solidária, capaz de gerar atitudes e compromissos responsáveis; que prepara cidadãos para fazer decisões bem fundamentadas destinadas a alcançar um desenvolvimento culturalmente plural, socialmente justo e ambientalmente sustentável (PNUD, 2005).

Para alcançar esse objetivo, Trajber e Mendonça (2011) acreditam que os professores precisam enriquecer seus alunos com mais do que conhecimento sobre o meio ambiente. Além disso, os professores precisam cultivar as habilidades dos alunos para entender, criticar e participar de forma racional no discurso e em questões controversas e de carga de sustentabilidade, que exigem uma abordagem holística para abordar os aspectos sociais, culturais e éticos. Desenvolver esse entendimento em aprendizes é essencial para a transação efetiva da educação para um futuro sustentável.

De acordo com Figueiró, (2015), há um consenso crescente de que, para capturar a natureza abrangente dos problemas e suas soluções, uma perspectiva holística deve ser usada no ensino de questões de desenvolvimento sustentável.

Além disso, afirmam-se que a EDS deve se concentrar na relação entre os aspectos ecológicos, sociais e econômicos do desenvolvimento sustentável. Como esses aspectos são significativos na vida de todos os indivíduos, a EDS deve ser uma educação integral e deve ser apresentada como orientação e articulação de muitas disciplinas nas escolas.

Em outras palavras, a EDS deve atravessar o currículo. Isso provavelmente aumentará o conhecimento dos alunos sobre questões ambientais e de desenvolvimento. Ele garante que todos os alunos de todas as idades sejam conscientizados e compreendam como o ambiente funciona em cada assunto; desenvolvendo preocupação com o meio ambiente para se envolver ativamente no trabalho para resolver problemas ambientais e de desenvolvimento (LOUREIRO, 2013).

Os programas escolares são um elemento importante da educação pública porque ajudam a moldar atitudes básicas e encorajam o comportamento responsável em um estágio inicial de desenvolvimento. Para o propósito deste estudo, a EDS é instrumental porque está familiarizado com o conhecimento e as habilidades de desenvolvimento sustentável que são necessárias para transformar as atitudes e o comportamento dos indivíduos, a fim de avançar em direção à sustentabilidade.

Novick(2010) sugeriu que, se a EDS deve ser aceita como educação significativa em termos de solução de problemas ambientais, ela precisa incluir três componentes vinculados. O autor identificou esses componentes como educação, através e para o meio ambiente.

Segundo os autores supracitados a educação sobre o meio ambiente enfatiza a aquisição de conhecimento sobre o meio ambiente e os processos e fatores ecológicos que influenciam as decisões sobre como as pessoas usam o meio ambiente. O desenvolvimento sustentável abrange o meio ambiente, portanto, as pessoas precisam de conhecimentos básicos sobre o meio ambiente para entender os princípios do desenvolvimento sustentável, como estes podem ser implementados, os valores envolvidos e as consequências da implementação.

A implementação da EA coloca muitos desafios para os professores devido à complexidade dos problemas de desenvolvimento sustentável. Huckle (2006) enfatizou que tal implementação envolve uma mudança do quadro teórico para um quadro mais filosófico que pode explicar as interações entre os mundos biofísicos e sociais e o papel de diferentes tipos de conhecimento que orientam a transição da sustentabilidade, portanto, exige pensar de novo em a parte dos professores. No entanto, parece haver uma série de barreiras que os professores experimentam ao

fazê-lo, portanto, inibem a implementação bem-sucedida da Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas escolas.

É, portanto, que a integração da Agenda 21 no currículo escolar associado às políticas públicas não garante a implementação bem sucedida da Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas escolas. O ponto de vista para este estudo é explorar as percepções dos professores de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e suas práticas de ensino, bem como fazer sugestões para melhorar a implementação da EA nas escolas secundárias (MEDINA; SANTOS, 2010).

As práticas ambientais no ambiente educacional são vistas como uma abordagem para o ensino ou um processo de aprendizagem que requer estratégias de ensino interconectadas e interativas, como o pensamento crítico, a tomada de decisões participativas, a aprendizagem baseada em valores e abordagens multi-métodos. Isso significa que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável é uma colaboração de conteúdo e pedagogia que envolve indivíduos em um estudo de meio ambiente para encorajá-los a tomar ações positivas em direção a ele, na tentativa de assegurar a sustentabilidade de suas sociedades (LEFF, 2011).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa assumiu como linha metodológica a investigação qualitativa, pois “(...) enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.11). Buscou-se, nesta abordagem, o entendimento e compreensão dos fenômenos a partir de seu contexto histórico no qual o particular é analisado como um interesse da totalidade social.

A análise bibliográfica e a pesquisa exploratória possibilitaram que o pesquisador delineasse um embasamento teórico, realizando a estruturação das apreciações que sustentam o desenvolvimento da pesquisa (SILVA; MENEZES, 2005). Assim sendo, realizou-se um levantamento bibliográfico, buscando como objetivo avaliar a importância da Educação Ambiental na implementação da agenda 21 na Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá através das práticas ambientais.

Enquanto pesquisa qualitativa, Pedrini (2013, p.30) descreve que é a principal abordagem metodológica empregada pelos pesquisadores ambientais no Brasil, “[...] por permitir a pesquisa de categorias como hábitos, conduta, formação, gestão, comportamento, aprendizagem [...] indispensáveis para o desenvolvimento da EA”.

Scriven e Hassenon (apud ANDRÉ, 1983) relatam que, os dados qualitativos apreendem várias concepções das experiências vividas durante a pesquisa, contribuindo para o entendimento das relações entre os indivíduos no seu contexto e nas suas ações e, também, podem colaborar no desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico e reflexivo.

Assim a pesquisa é vista como uma relação entre sujeitos, deste modo dialógica, na qual o pesquisador, torna-se uma parte integrante de todo processo pesquisado. Ao levar em consideração a historicidade, análise crítica, a totalidade e a contradição, esta abordagem certamente busca expressar em seu fundamento teórico-conceitual, os eixos de sua discussão dialética.

A escolha da unidade de ensino veio do fato de a Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá fazer parte da rede pública, sendo possível contar com seu

espaço para a realização da pesquisa, além de sua localização próxima a área de estudo, é também uma das escolas onde o programa “Escola da Família” atua o que permitiu a adesão dos alunos deste programa ao projeto.

A Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá atende a alunos do ensino fundamental regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) vindos principalmente dos bairros localizados no subúrbio, Paripe, Periperi e Mirantes.

Os procedimentos de coleta dos dados foi a aplicação de um questionário, o qual foi entregue pessoalmente, possibilitando ao entrevistado a exposição de suas particularidades e ponto de vista sobre o tema discutido.

Utilizar-se-á também a pesquisa de revisão bibliográfica, escolhido em razão de “[...] a abordagem qualitativa, por se aprofundar no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível e precisa ser exposta, e interpretada em primeira instância, pelos próprios pesquisadores” (MINAYO, 2006, p.56).

A fonte de pesquisa para seleção dos materiais de pesquisa foram artigos digitais, Teses e Dissertações disponíveis no meio eletrônico CAPES com recorte temporal entre 2006 a 2017, foram utilizadas também as publicações disponíveis Repositório Institucional da USP, USF, UFBA, Unicamp, PUC-SP, UFRJ. Isso ocorreu partir de levantamentos bibliográficos para leituras com vias de entender, relatar, comentar, comparar, etc. a própria ação norteadora da construção e conclusão final desse estudo, buscando também correlacionar as questões pedagógicas ambientais construídas na Agendas 21.

Assim sendo, foi realizada a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (2000), Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, Política Nacional de Educação Ambiental, do Programa Nacional de Educação Ambiental, os quais proporcionará uma compreensão e entendimento da EA no processo educativo e das ações propostas, alicerçando a nossa justificativa em relação à relevância do tema no contexto escolar.

Devido à ausência de uma abordagem sobre a Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada, o produto final para realização do presente projeto foi propor e orientar de forma efetiva uma reconstrução do PPP da escola e acrescentar a implementação de metodologias de

ensino envolvendo a capacitação dos professores de todas as áreas na abordagem de temas ambientais, apoiada no princípio da Transversalidade tendo como ênfase a sensibilização de todos envolvidos (professores, alunos, comunidade escolar e pais) com relação aos problemas ambientais atuais, prevendo tais ações, além de deixá-lo publicado nas redes sociais.

O foco do estudo são as matrizes teóricas e epistemológicas da Educação Ambiental no contexto da agenda 21. O objeto de investigação foi as questões pedagógicas desenvolvidas em Educação Ambiental na Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá, que permitiram a partir da análise desenvolvida com embasamento em determinados indicadores a importância da Educação Ambiental na implementação da agenda 21 através das práticas ambientais.

3.1 PÚBLICO ALVO

Para a aplicação da pesquisa o professor pesquisador contou com a autorização da diretora da instituição. Entre os 12 professores participantes, quatro lecionam a disciplina de Ciências, 2 a disciplina de Matemática, 3 de Língua Portuguesa e 3 professores a disciplina de Geografia. Dos alunos participaram 34, 18 anos do 6º ano e 16 alunos do 7º ano do Ensino Fundamental.

Na Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá, observando a realidade dos alunos e sobre os mesmos, constata-se que: A disciplina dos alunos se alterna de acordo ao turno em que estuda, estando assim dividida: no turno matutino, por termos um público mais jovem, com o mínimo de distorção idade-série, estes tem um maior acompanhamento familiar e possuem mais disciplina em relação aos estudos e ao comportamento dentro da escola; no turno vespertino, temos um público com um alto índice de distorção idade-série, o que eleva o valor dessa distorção em relação a toda a escola (46 a 60%, segundo o plano de intervenção elaborado na jornada pedagógica de 2018, desta unidade de ensino) e que não possuem um acompanhamento efetivo pelos pais, apresentando um comportamento mais negligente em relação aos estudos e às suas ações; no turno noturno, o público é de jovens e adultos, não havendo problemas disciplinares em relação às

ações, porém o nível de aprendizagem é relativamente fraco e há uma dificuldade de conciliação entre o trabalho e a vida escolar, apresentando um índice total de evasão de 7,34% no turno.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETADOS DADOS

Realizou-se a aplicação de questionários semiestruturados com perguntas fechadas e abertas (*Apêndice I*), direcionadas aos professores, alunos e a comunidade. O questionário aplicado aos professores foi dividido em duas partes: 26 questões com perguntas fechadas e a segunda parte com 4 perguntas abertas. O questionário aplicado aos alunos foi composto de 23 questões abertas e por fim, o questionário aplicado a comunidade foi composto de 14 questões abertas.

Os resultados obtidos na pesquisa foram descritos posteriormente, bem como as informações analisadas e organizadas em gráficos e tabelas para possibilitar maior compreensão para a discussão dos resultados.

3.2.1 Instrumentos da Pesquisa

Para embasamento da pesquisa, foram utilizados como instrumentos na pesquisa foram utilizados: documentos institucionais, questionários e entrevistas. O Quadro 1 apresenta os instrumentos empregados no procedimento de coleta de dados no transcorrer da pesquisa e os sujeitos a que se designaram os respectivos instrumentos.

Quadro 1 - Instrumentos para coleta de dados e respectivos sujeitos

INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA COLETA DE DADOS	PÚBLICO-ALVO
Análise Documental	Documento Institucional: Projeto Político Pedagógico da Escola.
	6 professores (Ensino Fundamental II 2 professores da disciplina de Ciências

Questionários semiestruturados	<p>2 professor da disciplina de Matemática</p> <p>2 disciplina de Geografia</p> <p>34 alunos do Ensino Fundamental II</p> <p>18 alunos do 6º ano</p> <p>16 alunos do 7º ano</p>
--------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os dados obtidos foram analisados tendo como base nos métodos de “Análise de Conteúdo”. A “análise de conteúdo”, Segundo Bardin (1979) tem três grandes fases, (1º) pré-análise; (2º) exploração do material; (3º) tratamento dos resultados e interpretação. Na primeira fase pode-se empregar diversas metodologias como: leitura interpretativa e argumentativa, hipóteses, objetivos, problema e critérios de análises para fundamentar a interpretação dos dados.

Na presente pesquisa elaborou-se critérios de análise para os dados provenientes dos Projetos Político Pedagógico da escola e dos questionários. Posteriormente para descrição e tratamento dos dados analisados, agrupou-se os elementos em categorias, sendo imprescindível o que permitiu o agrupamento dos dados coletados com os questionários aplicados entre os professores, alunos e a comunidade.

No Quadro 2 são descritas os critérios para análise das entrevistas realizadas com os professores participantes da pesquisa para reconstrução do PPP.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DO PPP	
Interdisciplinaridade	Documento Institucional: Projeto Político Pedagógico da Escola.
Concepção de meio ambiente	O PPP propõe a construção de um trabalho coletivo nas diferentes disciplinas? De que forma? uma concepção crítica da EA requer transversalidade e interdisciplinaridade nos trabalhos em EA.
Projetos	A Escola possui diretrizes para Projetos no PPP? Quais? A EA é contemplada no PPP? De que forma? (O PPP é um documento no qual devem constar as diretrizes estabelecidas pela escola. A presença de diretrizes/orientações para projetos em EA no PPP demonstra um comprometimento

	da escola enquanto gestora).
Projeto de sociedade	O PPP propõe que a escola exerça sua função social oportunizando uma educação realista, crítica, transformadora e democrática? (uma abordagem crítica da Educação Ambiental requer que estes princípios estejam claramente definidos no PPP, norteadores da construção e da prática pedagógica).
Formação Continuada	É proposto no PPP formação continuada para os professores? Que tipo de formação? (a proposta de formação continuada em EA no PPP representa a preocupação dos gestores quanto aos rumos da EA. A formação de professores de uma forma tecnicista caracteriza uma EA tradicional e dificulta a construção de um processo emancipatório).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os dados a serem analisados neste tópico foram obtidos por meio do questionário inicial e, também, pelas observações descritas nas anotações feitas pelo professor pesquisador no decorrer do processo e nas pesquisas. A escolha das ações viáveis no âmbito escolar e a disseminação destas ações em grupos distintos ocorreram dentro da escola em questão.

4.1 Análise da pesquisa realizada com os professores

Sobre o perfil dos 12 professores, considerou-se pertinente apresentar o perfil, mostrando a faixa etária dos profissionais em relação a experiência, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2- Perfil dos professores analisados

Professora 1	40 anos	Superior completo e Cursos de Especialização	Concursado	Leciona Ciências há 10 anos
Professora 2	42 anos	Superior completo e Cursos de Especialização	Concursado	Leciona Ciências há 11 anos
Professora 3	48 anos	Superior completo e Cursos de Especialização	Concursado	Leciona Geografia há 14 anos
Professor4	51 anos	Superior completo e Cursos de Especialização	Concursado	Leciona Matemática há 15 anos
Professor5	32 anos	Cursando Mestrado	Concursado	Leciona Língua Portuguesa há 6 anos
Professor6	56anos	Superior completo	Concursado	Leciona Matemática há 17 anos

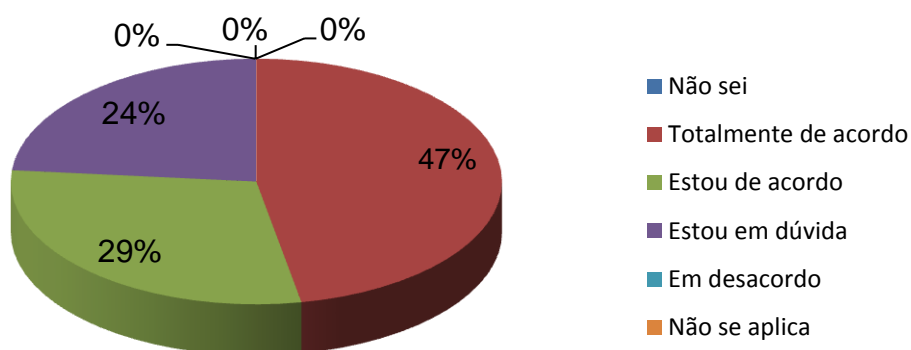
Professor7	33 anos	Superior completo	Concursado	Leciona Língua Portuguesa há 9 anos
Professor8	38 anos	Superior completo e Cursos de Especialização	Concursado	Leciona Ciências há 08 anos
Professor9	36 anos	Superior completo e Cursos de Especialização	Concursado	Leciona Geografia há 7anos
Professor10	47 anos	Superior completo	Concursado	Leciona Ciências há 6 anos
Professor11	54 anos	Superior completo e Cursos de Especialização	Concursado	Leciona Geografia há 4 anos
Professor12	43 anos	Superior completo e Cursos de Especialização	Concursado	Leciona Geografia há 8 anos

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

Em relação ao perfil dos professores, observa-se que 60% tem mais de 10 anos atuando no magistério, em relação a idade 80% possuem mais de 40 anos e são concursados da rede municipal de ensino.

Sobre a compreensão do trabalho mais relevante na EA, enfatiza a formação de cidadãos críticos preocupados com as questões socioambientais,

Gráfico 1 - Compreensão sobre a formação de cidadãos críticos preocupados com as questões socioambientais

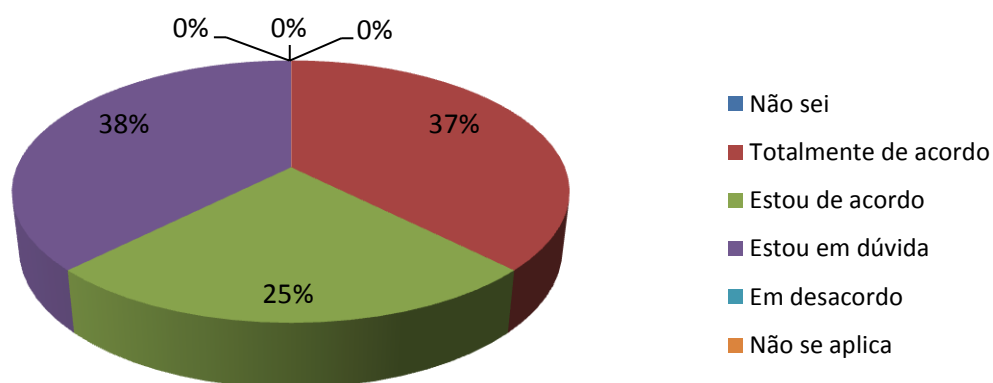


Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

A partir da análise do gráfico 1, observa-se que a maioria dos professores, 76% afirmou estar de acordo com a importância da formação de cidadãos críticos em relação as questões socioambientais, 24% disseram estar em dúvida. Diante das respostas, percebe-se que a maioria dos professores têm consciência acerca da importância de implementar questões socioambientais para sensibilização dos educandos.

Veiga (2016) afirma que é essencial, no âmbito escolar para alcançar consciência, a implantação de valores e atitudes ambientais e éticas, habilidades e comportamentos para uma participação pública efetiva na tomada de decisões. Para ser eficaz, a educação para o desenvolvimento sustentável deve lidar com a dinâmica do ambiente físico / biológico, socioeconômico e humano (o que pode incluir espiritual), deve ser integrada em todas as práticas pedagógicas e conteúdos curriculares de todas as disciplinas e deve empregar métodos formais e não formais. meios eficazes de comunicação.

Gráfico 2 - Considera muito importante trabalhar a temática da sustentabilidade na EA escolar



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

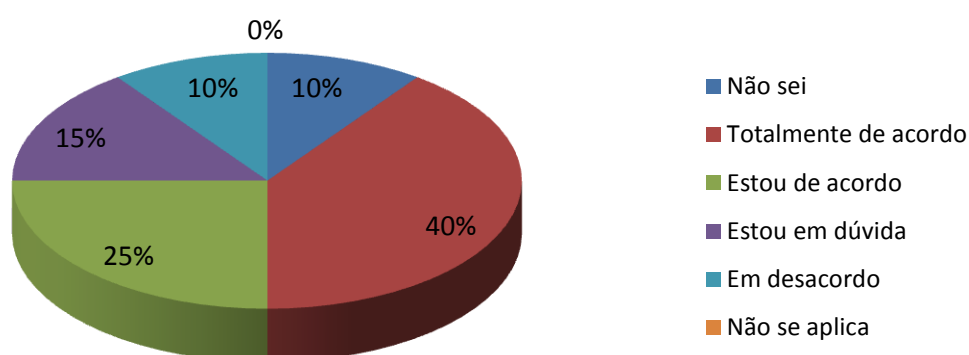
Em relação à importância de trabalhar com a temática sobre a sustentabilidade, 62% estão de acordo 38% dos professores afirmaram estar em dúvida. Acredita-se que a dúvida dos professores seja a didática apropriada a se aplicar em sala acerca da EA. Tal percentual está mais acentuado entre os professores da disciplina de Matemática por estes considerava que a temática não tem relação com as temáticas ambientais.

Apreende-se que a educação é uma ferramenta essencial para alcançar a sustentabilidade. Vizentin e Franco (2013) argumentam que uma distinção importante é a diferença entre educação sobre desenvolvimento sustentável e educação para o desenvolvimento sustentável. A primeira é uma lição de conscientização ou discussão teórica. O segundo é o uso da educação como ferramenta e processo para alcançar a sustentabilidade. Salienta-se que, mais do que uma discussão teórica é necessária nesta conjuntura crítica no tempo.

Baseado em Oliveira e Carvalho (2012), compreende-se a EA como uma prática educativa que relaciona os aspectos políticos, sociais, econômicos e ambientais no processo de formação do sujeito, e o espaço escolar é visto como um local próprio para a realização dos processos educativos formais, por isso a preparação do professor, visto como mediador desses processos, ganha relevância significativa do ponto de vista social e cultural.

Conforme as repostas dos professores, observa-se que ainda existe uma falta de entendimento de que os temas socioambientais podem ser abordados de forma interdisciplinar e também multidisciplinar, a partir da integração dos múltiplos saberes. Eli Veiga (2016) enfatiza que toda a educação serve a um propósito ou a sociedade não investirá nela. A educação para abordagens ambientais versa sobre tornar o mundo mais habitável para esta e as futuras gerações

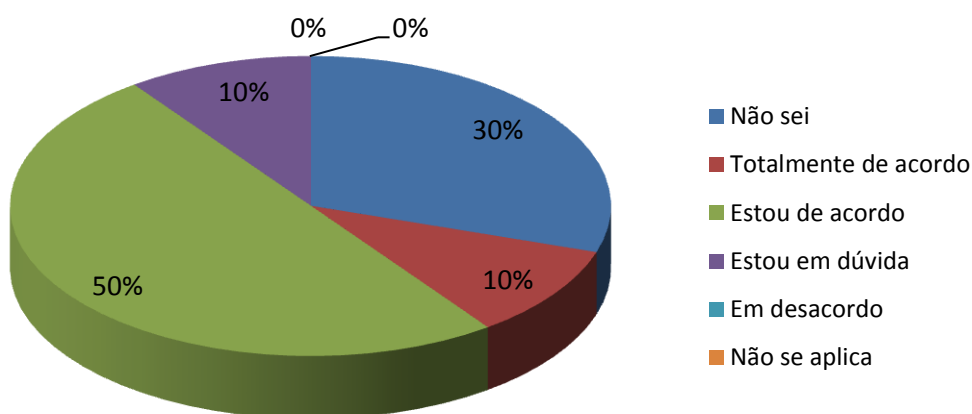
Gráfico 3- Considera muito importante tornar a escola um espaço sintonizado com a sustentabilidade socioambiental.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Em relação a importância de a escola está sintonizado com a sustentabilidade socioambiental, 65% afirmaram estar de acordo, os 25% disseram estar em desacordo ou em dúvida (Gráfico 3). Para Zitzke (2012) ao contrário da maioria dos movimentos educacionais, as abordagens envolvendo a sustentabilidade e socioambiental foi iniciada por pessoas de fora da comunidade de educação. De fato, um grande impulso para tal abordagem veio de fóruns políticos e econômicos internacionais (por exemplo, Nações Unidas, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Organização dos Estados Americanos). Como o conceito de desenvolvimento sustentável foi discutido e formulado, ficou claro que a educação é a chave para a sustentabilidade.

Gráfico 4 - Tenho pleno conhecimento sobre o artigo 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Em relação ao conhecimento sobre o artigo 225 da constituição Federal do Brasil de 1988, conforme o gráfico 4, cerca de 60% dos professores responderam que têm conhecimento, 10% estão em dúvida e 30% afirmaram não saber. Esses resultados indicam que os professores estão cientes sobre o meio ambiente equilibrado e sadio desmitificando assim as diversas perspectivas de análise, haja vista a diversidade das quais são necessárias para resguardar o direito instituído por lei.

Em contrapartida os professores que disseram não saber, pressupõe ser necessária graduação que traga esse tema nas licenciaturas. Entretanto, esses profissionais têm pelo menos 10 anos de formados, o que pode implicar nesse processo. Seguindo este mesmo entendimento Carvalho (2011, p. 322), é incontestável que o direito à informação constitui instrumento essencial à implementação e manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. De acordo com o entendimento as iniciativas educacionais para o consumo sustentável podem e devem ser realizadas no âmbito de todas as disciplinas dos currículos do Ensino Fundamental e Médio, bem como no nível superior, e de iniciativas informais.

Como tema transversal do ensino, a Educação Ambiental ao ser inserida em todos os currículos de ensino, tem a possibilidade de englobar a questão do consumo sustentável, que deve ser abordada de forma holística, por se tratar de uma postura em prol da cidadania (TOZONI-REIS;CAMPOS, 2014).

Rocha (2014) esclarece que em muitos países, abordagens socioambientais ainda estão sendo moldadas por pessoas de fora da comunidade educacional. Os conceitos e conteúdos, nesses casos são desenvolvidos por ministérios, como os de meio ambiente e saúde, e depois entregues aos educadores. O desenvolvimento conceitual independente da contribuição do educador é um problema reconhecido pelo Estado, bem como pelos educadores.

Quadro 3 - Quadro reporta aos planos da Educação Ambiental pesquisados pelos educandos

Considero relevantes os elementos que compõem os Planos Curriculares Nacionais (PCN) sobre Educação Ambiental	Tenho amplo conhecimento sobre o Plano Nacional de Educação Ambiental - a Lei 9.795/99.	Considero importante para a EA a Conferência Infância Juvenil - Comissão para a qualidade de vida escolar – COM – Vida, agenda 21 na escola.
10% responderam não saber	25% afirmaram não saber	60% afirmaram não saber

30% afirmaram estar de acordo	40% afirmaram estar em dúvida	10% disseram que está em dúvida
60% responderam que tinham dúvida	35% disseram ter dúvida	30% afirmaram ter dúvida

Fonte: Pesquisa do autor 2018

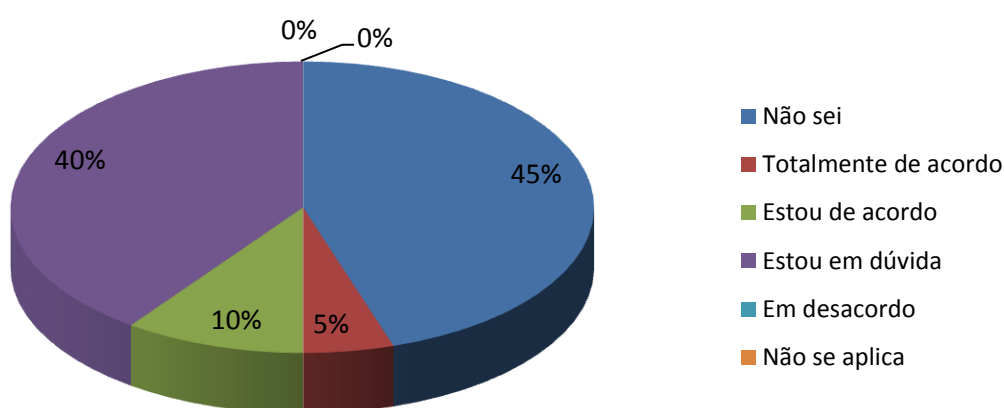
O quadro 3 apresenta as respostas dos professores em relação ao conhecimento sobre a política dos planos vigentes sobre a Educação Ambiental, a maior parte 60%, respondeu que não sabia do que se tratava, a metade dos professores disseram ter dúvida em relação a tal abordagem. Verifica-se pelas respostas que há um grande desconhecimento por parte dos professores em relação às políticas e planos da Educação Ambiental instituídas no Brasil. Tal fato é considerado alarmante, haja vista, o que resulta também na não aplicação de práticas ambientais em sala de aula.

No Brasil, a educação ambiental é uma política de Estado. O governo brasileiro considera a educação ambiental como “processos pelos quais o indivíduo e a tentativa de ambiente, um bem comum do povo e essencial para uma qualidade de vida saudável” Art 1 - Educação Ambiental Nacional. O ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental busca atender aos seguintes componentes no que diz respeito às linhas de ação e estratégias para a formulação de políticas públicas de educação ambiental: gestão e planejamento da educação ambiental no país; capacitação de educadores ambientais; comunicação para educação ambiental; inclusão da educação ambiental nas instituições de ensino; e monitoramento e avaliação de programas e projetos em educação ambiental (BELLIA, 2016).

De acordo com Andreoli (2012) além da política nacional, o Brasil também busca aumentar o engajamento dos cidadãos na educação ambiental e na ação comunitária por meio de uma série de programas que apoiam estados e territórios no aumento do acesso a materiais de educação de qualidade e oportunidades de engajamento cívico.

Diante do exposto, observa-se que mesmo os professores terem participado de formação continuada acerca da EA mas não estão seguros e/ou confiantes em afirmarem que tem conhecimento afetivo da temática ambiental. Tal situação revela lacunas existentes de que ainda há entre estes professores muitas dúvidas da importância da fomentação deste tema para seus alunos, de modo a sensibilizar a criticidade e reflexão.

Gráfico 5 - Identifiquei mudanças significativas no espaço comunitário em decorrência das ações ligadas a EA.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

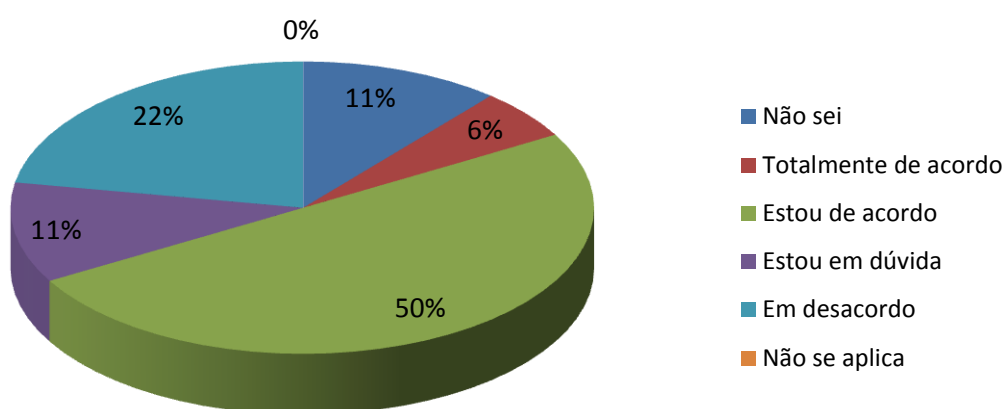
De acordo com o gráfico 5, verificou-se que mais da metade dos professores afirmam “Não sei” e em dúvida sobre as mudanças do espaço comunitário em relação as abordagens da EA discutidas através de palestras e panfletos.

Alguns autores ressaltam sobre a carência de abordagens sobre EA, entre eles destaca-se Carvalho (2011):

É reconhecida pelos educadores ambientais a carência de uma literatura de fundamentação teórica e epistemológica voltada especificadamente para a ação educativa ambiental. Chama atenção em grande parte das trajetórias, a ênfase que dada à experiência, que muitos apontam como verdadeira fonte de seus fundamentos. Embora parte dos entrevistados tenha pós graduação, a formação como educador ambiental é descrita por eles como “uma formação prática onde não se destaca um autor ou teoria”, “soma de experiências”, “um mosaico de coisas”, “acumuladas ao longo da vida”. Nesse tipo de formação pela ação, convergem saberes e sensibilidades ambientais diversificados, condensando profissão, valores pessoais e militância. (CARVALHO, 2001, p. 201).

Diante deste entendimento, nota-se que o campo de pesquisa da EA no Brasil tem sido desenvolvido sob a reconstrução das proposições curriculares e tem questionado a presença da EA como uma disciplina compulsória no Brasil. O debate levantado entre educadores e formuladores de políticas foi marcado por controvérsias motivadas por interesses políticos

Gráfico 6 - Participei ativamente do processo de formulação do PPP da escola.



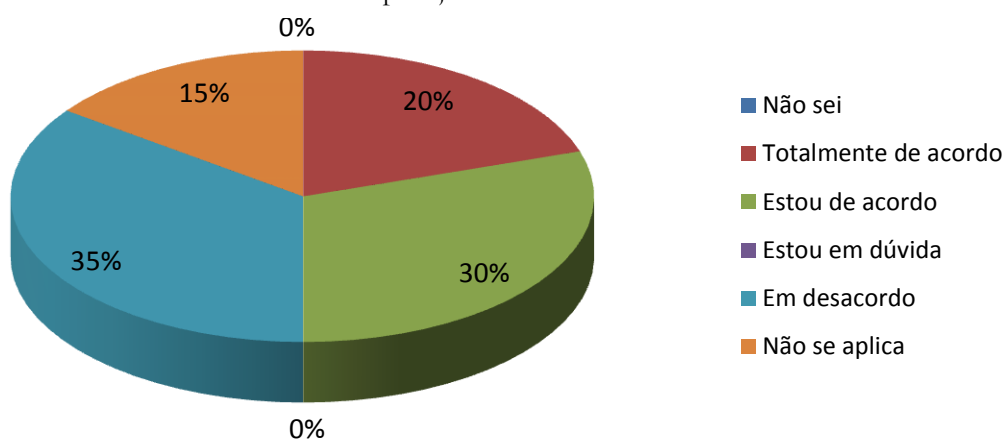
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Sobre a participação dos professores no processo de formulação do PPP criando em 2018 da escola, 56% responderam está em acordo, a partir disso, constata-se que os educadores estão cientes dos objetivos descritos no PPP em relação as práticas educativas ambientais. Conforme os resultados auferidos, infere-se que na escola analisada há uma preocupação no desenvolvimento do PPO acerca abordagens sobre a transversalização da educação ambiental como campo de pesquisa.

Observou-se que muitos pesquisadores concordam em abordar os problemas ambientais no currículo escolar, mas ressaltam que essa discussão deve colocar esses problemas em contextos mais amplos como democracia, autonomia, qualidade de vida, sustentabilidade, sociedade de relacionamentos e natureza. Discussões sobre o tema também levantam a necessidade de uma disciplina curricular ou de afirmação de forma transversal que sejam pautadas no PPP de

todas as escolas. Sobre disso Carvalho (2011, p. 9) entende a transversalidade como uma maneira de organizar e produzir conhecimento, buscando integrar as diferentes dimensões dos fenômenos estudados. Com isso, pretende superar uma visão especializada e fragmentada do conhecimento em direção à compreensão da complexidade e da interdependência dos fenômenos da natureza e da vida. Por isso é que também podemos nos referir à interdisciplinaridade como atitude nova diante do ato de conhecer.

Gráfico 7-. Incluo em minhas ações didáticas para o desenvolvimento do projeto de EA.



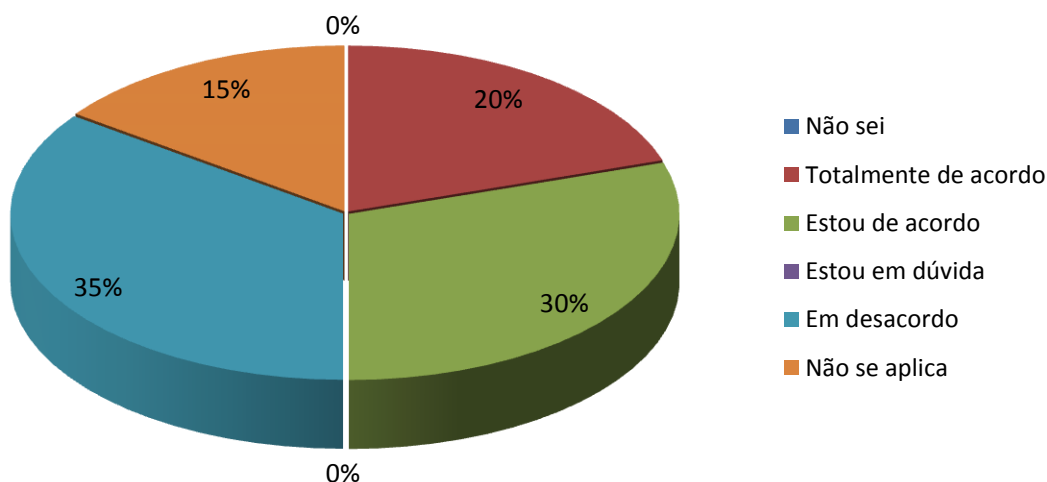
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Conforme o gráfico 7, verifica que apenas 50% dos professores afirmaram estar em acordo com o desenvolvimento de ações didáticas para o desenvolvimento de projeto em EA, outros 35% afirmaram estar em desacordo com tal afirmativa. Nota-se que, a interdisciplinaridade deve ser concebida como possibilidade de nova organização do trabalho pedagógico. Conforme o entendimento de Bellia (2016) evidencia que devemos, no entanto, considerar que no conceito geral de educação ambiental, várias noções particulares de EA ainda permanecem, disputando o significado particular do ambiente em um campo de interesses e epistemologias conflitantes no âmbito escolar.

Assim, as diversas formas de compreender a EA trazem para a esfera educacional a grande divisão e as formas de superá-la. Por outro lado, as diferentes abordagens pedagógicas buscam influenciar os modos como a sociedade entende e

faz uso da natureza, produzindo condições socioambientais específicas na relação entre o universal e o particular, ou seja, entre a sociedade em geral e a educação em relação coprodutiva particular.

Gráfico 8 - Contribui de forma efetiva através de minha participação docente do projeto de EA da escola



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

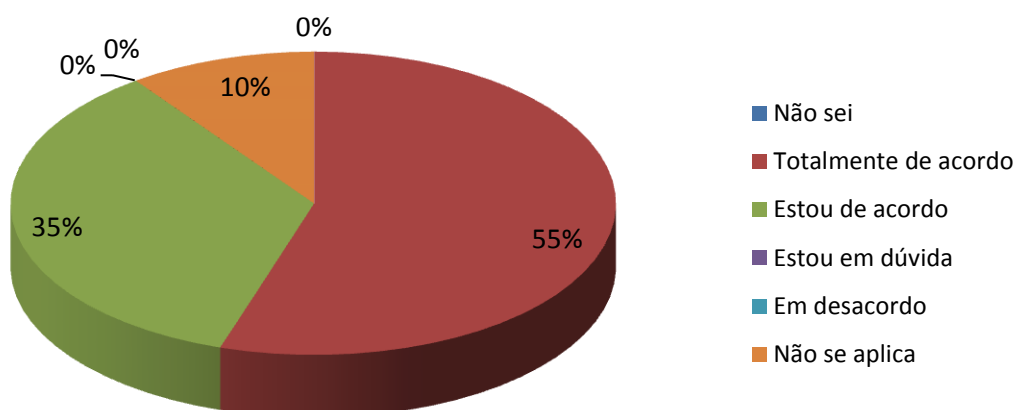
Sobre a contribuição do projeto em relação ao projeto de EA implementado pela escola, 35% professores afirmaram estar em desacordo, ou seja, não contribui em suas práticas didáticas com o projeto de EA, já 50% afirmaram que contribuem de forma efetiva para, destes destacam os que lecionam ciências e geografia, parecendo que tal percentual se dá devido aos conteúdos tratados na disciplina ter relação com a EA.

Para Azevedo (2015) a educação ambiental lida com a necessidade de proteger o meio ambiente porque o aquecimento global, a poluição e muitas outras questões estão arruinando muito nosso meio ambiente. Sabemos da importância de um ambiente saudável e devemos tomar todas as medidas possíveis para manter nosso ambiente saudável. Um dos meios mais eficazes para promover um ambiente saudável é possibilitar uma educação adequada às gerações novas e antigas. A educação e a proteção ambiental são cruciais para o benefício do meio ambiente e dos seres humanos.

O principal objetivo do projeto em EA é oferecer conscientização a todos em uma sociedade. A educação pode fornecer uma melhor percepção de uma variedade de questões ecológicas que ocorrem dia a dia. Todos na sociedade, incluindo crianças, jovens, adultos e pessoas maduras, podem entender e se conscientizar das várias questões ambientais se receberem uma educação adequada sobre isso.

No entendimento de Barbosa (2013) a educação pode dar conhecimento adequado sobre como o ambiente natural funciona e como os seres humanos podem lidar com o comportamento e os ecossistemas para a sustentabilidade. Nos dias atuais, muitas pessoas realizam um programa de conscientização ambiental nas escolas e sociedades, visando contribuir com a sensibilização dos educandos a se conscientizarem das questões ambientais e a agir de forma crítica e reflexiva.

Gráfico 9-Considera muito importante os componentes transversalidade e interdisciplinaridade na minha atividade docente direcionada a Educação Ambiental

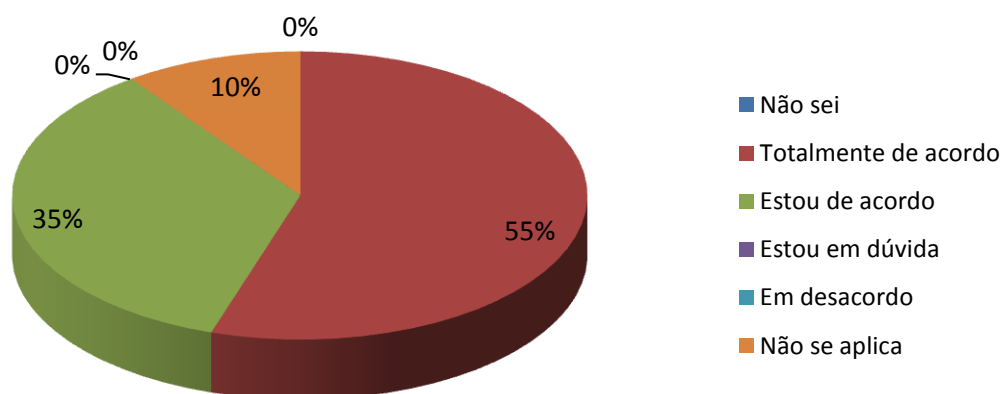


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Em relação aos componentes transversalidade e interdisciplinaridade na minha atividade docente ligada a Educação Ambiental (Gráfico 9), 90% afirmaram que estão totalmente de acordo com tais componentes em suas disciplinas. Conforme as respostas dos professores, verifica-se que o sistema educacional pode desempenhar um papel enorme na economia do meio ambiente ao construir conhecimentos sobre como proteger o meio ambiente para os educandos e também a comunidade.

A fomentação dos componentes sobre a transversalidade e interdisciplinaridade ligada a Educação Ambiental pode contribuir com práticas de preservação entre as pessoas, Bigliari e Cruz (2011) afirmam que a educação para conservar o meio ambiente deve começar na escola desde séries iniciais. A educação ambiental pode ser fornecida pelo uso de programas audiovisuais, seminários, programas de formação, campanhas de conscientização ambiental, estando integradas a todas as disciplinas.

Gráfico 10 - Praticado de forma efetiva as ações docentes realizadas de forma transversal e interdisciplinar sobre Educação Ambiental.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

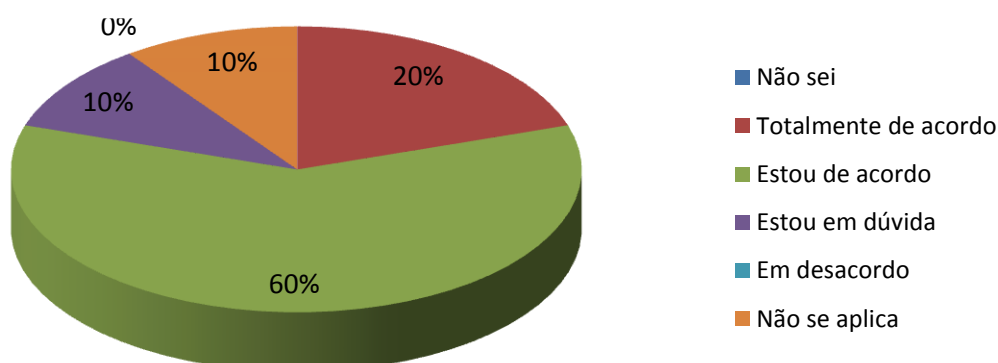
Sobre as práticas das ações docentes no que concernem a transversalidade e interdisciplinaridade, 90% dos professores afirmaram estar totalmente de acordo, ou de acordo, estando implementadas nas suas práticas pedagógicas estar implementada a interdisciplinaridade.

O autor Dias (2015) assevera que a educação realmente aumenta a valorização do meio ambiente entre as pessoas. Aprimorar a valorização do meio ambiente entre os cidadãos pode gerar mudanças ambientais e comportamentais positivas em geral. Poluição do ar, má gestão de resíduos, aumento da escassez de água, diminuição do lençol freático, poluição da água, baixa conservação e qualidade das florestas, perda de biodiversidade e degradação da terra e solo são algumas das principais questões ambientais enfrentadas pelo mundo explosão também adiciona estresse às questões ambientais e seus recursos.

Assim, a educação sobre questões ambientais é essencial hoje, pois permite que as pessoas desenvolvam habilidades, promovam uma dedicação para tomar medidas individuais e coletivas para manter e melhorar o meio ambiente.

Fazer um investimento real em educação ambiental é muito importante, uma vez que vivemos em uma época em que mais e mais pessoas estão desconectadas da natureza e desconhecem as questões ambientais críticas. Furiam e Günther (2013) afirmam que a educação é uma ferramenta para o auto empoderamento porque nos permite tomar ações sérias e efetivas. A fomentação da educação ambiental nas escolas, pode levar as pessoas a serem futuros líderes em conservação e a incentivá-los a tomar medidas sérias e eficazes em relação às questões ambientais críticas do dia.

Gráfico 11 - Em minha prática educativa a escolha dos conhecimentos saberes e práticas estão contextualizadas na realidade local e estabelece nexos e vínculos com a realidade global



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Em relação às práticas educativas na escolha dos conhecimentos saberes e práticas que são contextualizadas na realidade local e estabelecem nexos e vínculos com a realidade global, 80% dos professores afirmaram estar de acordo.

Conforme a literatura pesquisa, este resultado pressupõe segundo Cascino (2017, p. 68), que as escolas entendem os conhecimentos saberes e práticas como um cruzamento de disciplinas que se “parecem” demonstrando “a precariedade da reflexão sobre esse conceito-chave para a reconstrução da ideia de educação”. Elege-se um tema central para que as diferentes disciplinas realizem atividades a partir dele, e com isso, divulgam uma imagem de renovação e integração.

Segundo Júnior e Jorovic (2016) a educação ambiental no nível da escola inclui o básico e evita muito do aspecto quantitativo. As estatísticas e os fatos são muito limitados, o que é suficiente para fornecer ao aluno algumas estatísticas que podem ser comparadas. Em um nível mais alto, especialmente quando se estuda o assunto em detalhes, as estatísticas e os números não podem ser negligenciados.

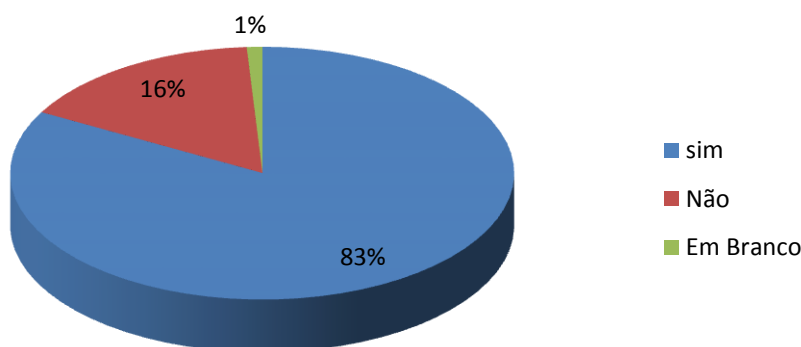
Os números atuam como base para comparação na melhoria da deterioração da condição. Embora os dados qualitativos sejam fáceis de encontrar, os resultados e decisões podem ser feitos com a ajuda de números. ONGs, instituições de ensino, e as agências interessadas requerem dados para chegar a qualquer conclusão. Com base nas políticas de descobertas para abordar questões como a poluição do ar, a diminuição das áreas verdes / cobertura, a qualidade da água, o esgotamento das águas subterrâneas, etc. são feitas.

4.2 Análises da pesquisa realizadas com os alunos

A análise sumária das pesquisas respondidas pela amostra de 32 alunos do Ensino Fundamental permitiu a verificação dos resultados que se seguem.

Com relação ao aspecto geral das áreas de convivência nos intervalos da escola, as pesquisas com os alunos revelaram que 83% (oitenta e três por cento) consideram agradáveis tais áreas. (Gráfico 12) Contudo, tal consideração refere-se às áreas externas onde os alunos se encontram para conversar, e entreter-se.

Gráfico 12 – Áreas de Convivência Agradáveis



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Mesmo a maioria dos alunos tendo achado agradáveis as áreas de convivência, cerca de 83%, alguns dos pesquisados sugeriram ações que possibilitem horários de intervalos ainda mais agradáveis:

“Uma rádio feita pelos alunos.”

“Exercícios físicos (alongamentos).”

“Músicas.”

“Durante as sextas-feiras ter voz e violão.”

“Brincadeiras educativas.”

“Atividade esportiva uma vez por semana.”

Músicas religiosas, DVD com salmos.”

“Músicas e roda de capoeira.”

“Peça teatral.”

“Vídeo karaokê.”

“Colocar computadores na área do intervalo.”

“Qualidade da merenda que é vendida nos intervalos.” (Poderia ser mais saudável.)

E outros, para tornar mais agradável os espaços físicos onde ocorrem os intervalos:

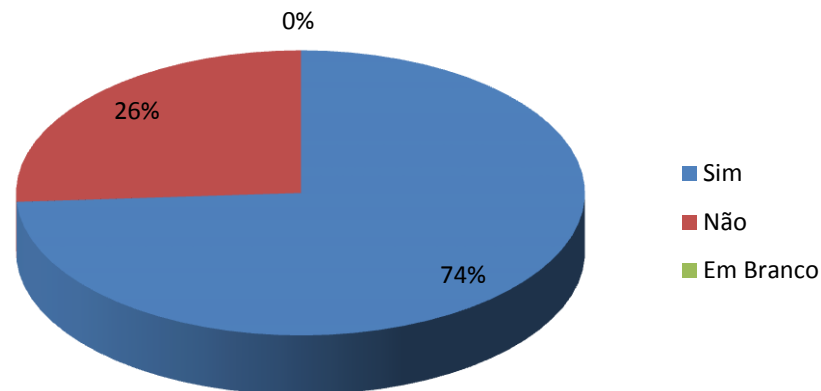
“Alojar as pessoas que vendem merenda durante o intervalo em local mais adequado.”

“Lixeiras mais trabalhadas, que chamem a atenção do pessoal.”

“Colocar avisos que chamem a atenção para os alunos não jogarem lixo no chão.”

Quanto ao número de lixeiras nas áreas comuns externas do colégio 74%, dos alunos consideraram suficiente. **(Gráfico 13).**

Gráfico 13 – Número de lixeiras suficientes?



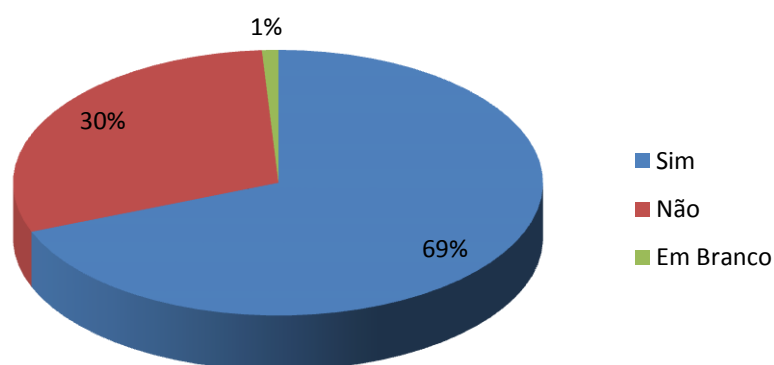
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Foram feitas as seguintes considerações por parte dos alunos:

“Às vezes, você quer jogar algo no lixo e está bem longe.” (Quanto à distribuição das lixeiras).

“O número de lixeiras é suficiente, mas as pessoas não têm educação.” (Comentário comumente feito pelos pesquisados.) As considerações acima foram ditas por vários pesquisados, mas de diferentes formas sendo escolhidas por demonstrarem maior clareza. Em relação à quantidade de áreas verdes no colégio, 69%, afirmaram que é suficiente. **(Gráfico 14).**

Gráfico 14 – Áreas de Convivência Agradáveis

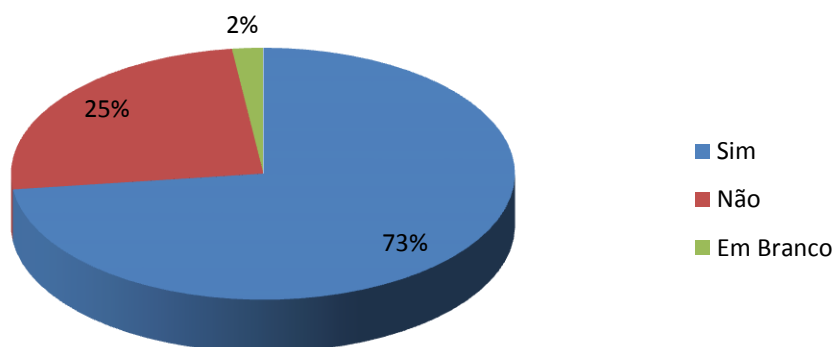


Fonte: Pesquisa direta do autor 2018.

Alguns alunos pesquisados sugeriram que: *“Poderia ter mais (plantas) nas áreas abertas.”*. *“Ela (a quantidade de áreas verdes) deveria ser maior para purificar nosso ambiente de estudo.”* Observa-se à concordância que o trabalho deve ser planejado junto com a escola, dentro da realidade que a mesma está inserida. Destaca-se também no discurso a inexistência de um responsável que coordene somente à Educação Ambiental.

Ao se perguntar sobre a participação voluntária em uma campanha de limpeza ou embelezamento dos espaços da escola, 73%, responderam que participariam.

Gráfico 15 – Participaria de ação voluntária para limpeza ou embelezamento



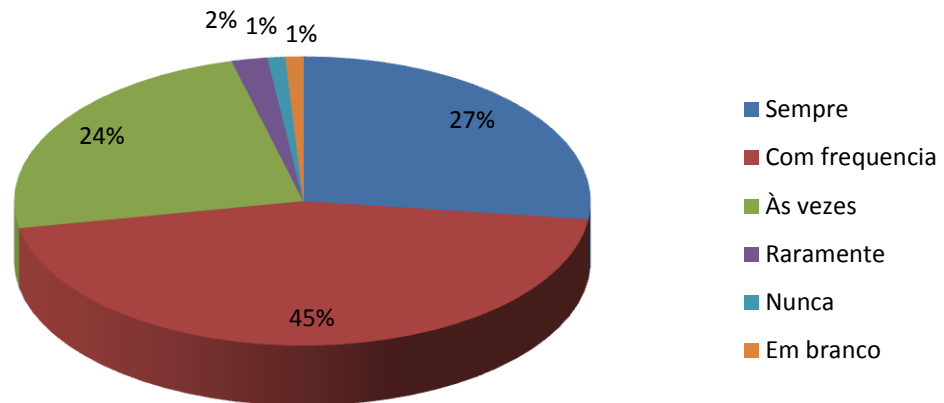
Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

Alguns dos que afirmaram que **não** participariam, responderam:

“Têm funcionários para limpar e é obrigação do colégio embelezar os espaços da escola.”

“Não gostaria, pois não gosto muito de limpar. Mas gosto de limpeza e higiene.” E alguns dos que afirmaram que participariam, responderam:

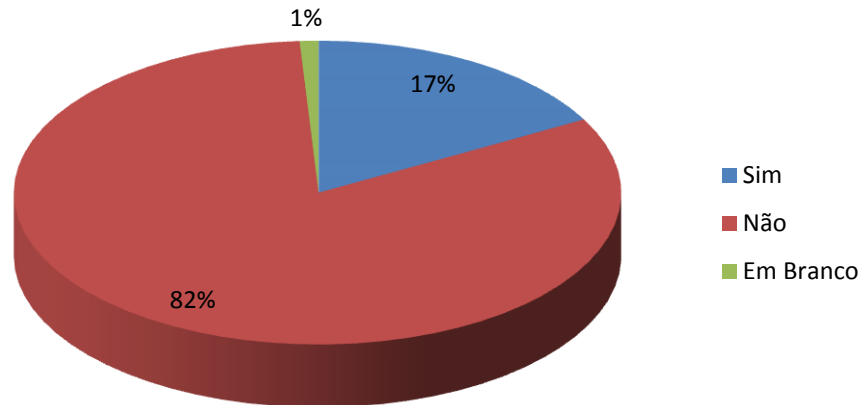
Gráfico 16 – Cuida da conservação do ambiente onde se encontra?



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quanto ao número de bancos e mesas existentes, para os alunos utilizarem durante o intervalo, 82% dos pesquisados consideram que é insuficiente. **(Gráfico 17)**

Gráfico 17 – Existem bancos/mesas suficientes para os alunos no intervalo



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Deste percentual, alguns alunos consideraram:

“Eu sempre como em pé.”

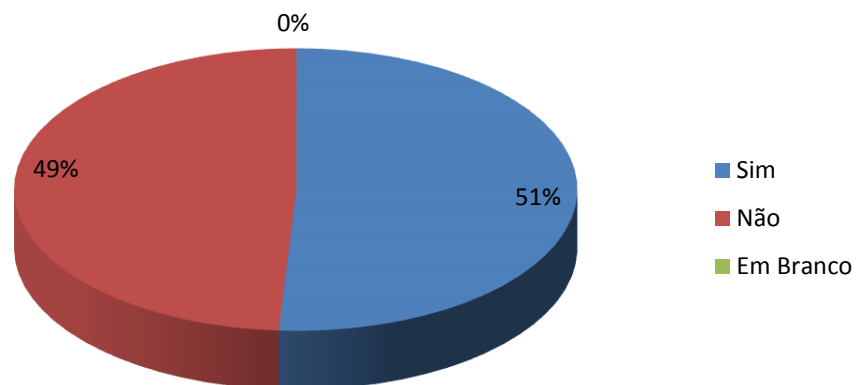
“Não, deveria pelo menos dobrar o número de bancos.”

“Só tem dois bancos.”

“Precisa de muito mais.”

Ao se perguntar a professores e funcionários sobre o barulho nas “salas de convívio” e ao redor delas, 51% afirmaram que é incomodativo. **(Gráfico 18).**

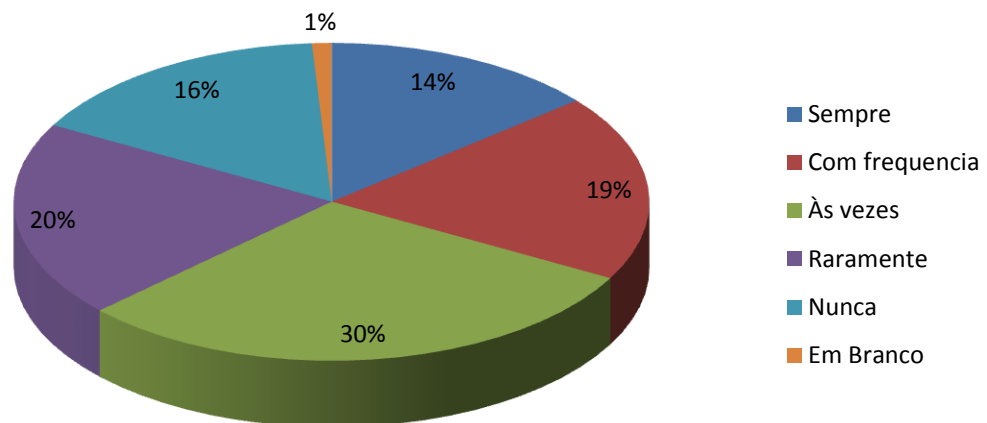
Gráfico 18 – Barulho nas salas de convívio e ao setor dela incomoda?



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)..

33% dos alunos afirmaram que costumam ouvir música com o volume alto, porém, entre eles, 30% variam entre os que raramente e os que nunca ouvem (**gráfico 19**).

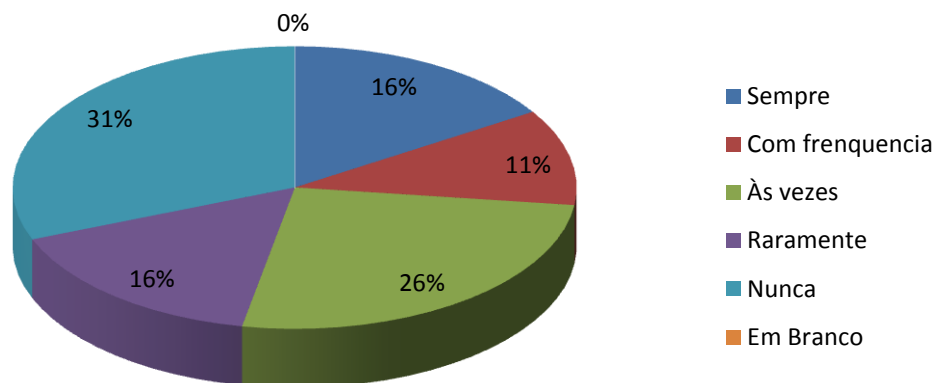
Gráfico 19 – Costuma ouvir música em volume alto?



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

27% dos entrevistados responderam que o toque que determina o início e o fim das aulas é incomodativo, 26% responderam que as vezes incomoda, ficando os que raramente ou nunca em um percentual total de 16% e 31% respectivamente. contudo, conforme se pode observar no **gráfico 20**.

Gráfico 20– Toque de início/fim de aula incomoda?



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Alguns alunos afirmaram:

“Não incomoda, mas não é agradável.”

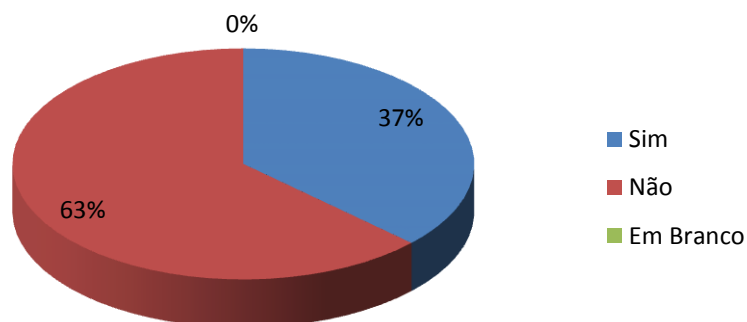
“Eu nunca escuto (o toque), é muito baixo.”

Não gosta: “Porque as vezes eles (os toques) irritam.”

“Tocam música velhas, tem que tocar axé ou pagode.”

“O toque da campainha parece um alarme de incêndio.”

Gráfico 21 – Separa resíduos em casa



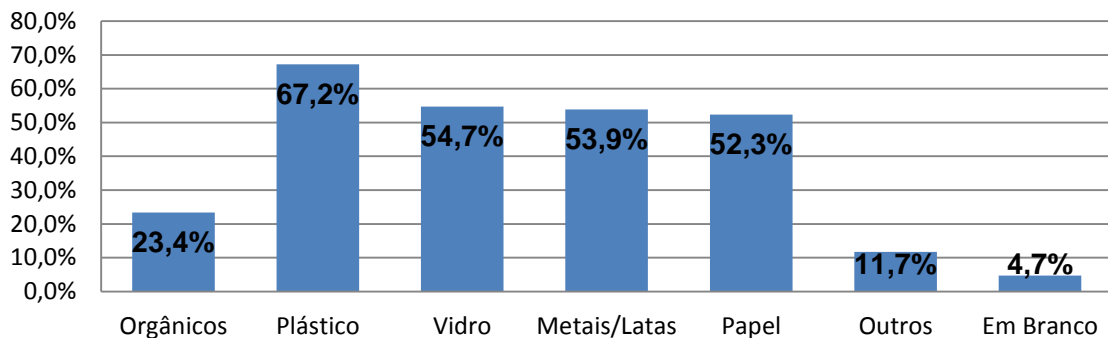
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Dos alunos entrevistados que responderam **sim em relação a coleta seletiva realizada em casa (Gráfico 22)**:

- 67,2% (sessenta e sete, vírgula dois por cento) separam plástico;
- 54,7% (cinquenta e quatro, vírgula sete por cento) separam vidro;

- 53,9% (cinquenta e três, vírgula nove por cento) separam metais/latas;
- 52,3% (cinquenta e dois, vírgula três por cento) separam papéis;
- 23,4% (vinte e três, vírgula quatro por cento) separam orgânicos;
- 11,7% (onze, vírgula sete por cento) separam outros materiais.

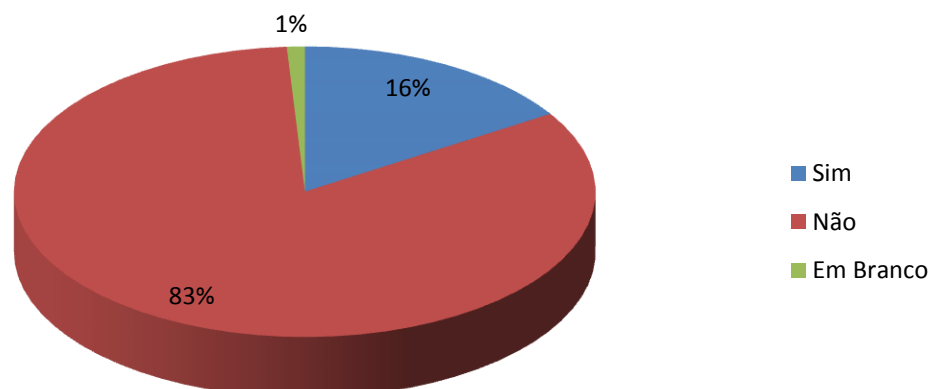
Gráfico 22 – O emprego da coleta seletiva em casa



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Ao se perguntar sobre o que significa a *Política dos 4Rs*, apenas 16% afirmaram saber. (Gráfico 23).

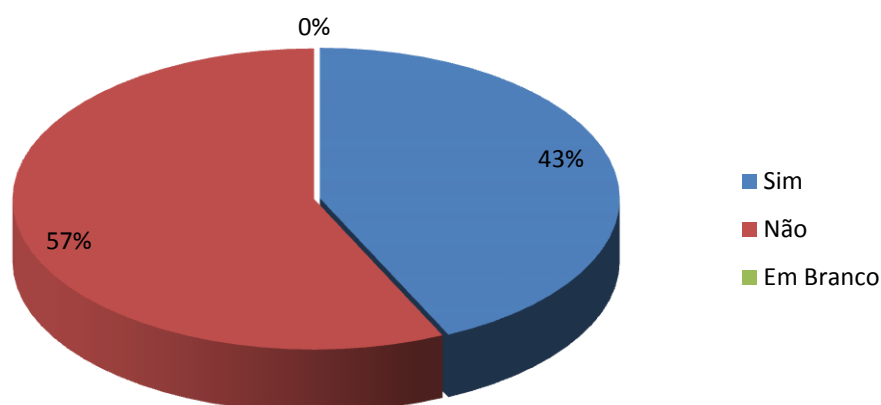
Gráfico 23 – Sabe o significado da “Política dos 4Rs?”



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

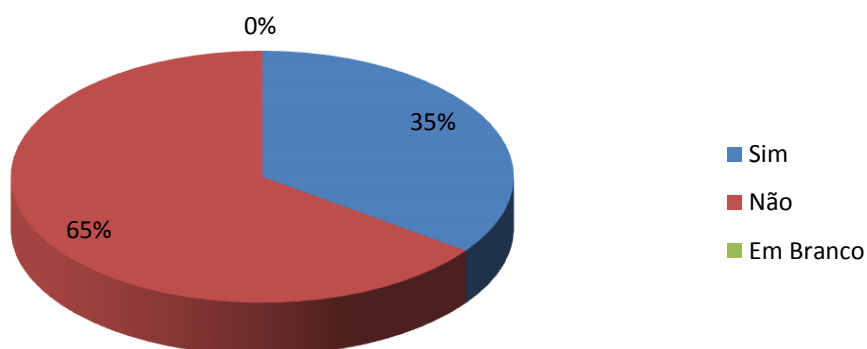
Apenas 43% dos entrevistados afirmaram saber o destino dos resíduos gerados em suas casas (Gráfico 24). E 35% dos pesquisados disseram saber para onde vai o esgoto de sua cidade (Gráfico 25).

Gráfico 24 – Sabe o destino dos resíduos gerados em casa?



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 25 – Sabe para onde vai o esgoto da cidade?



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

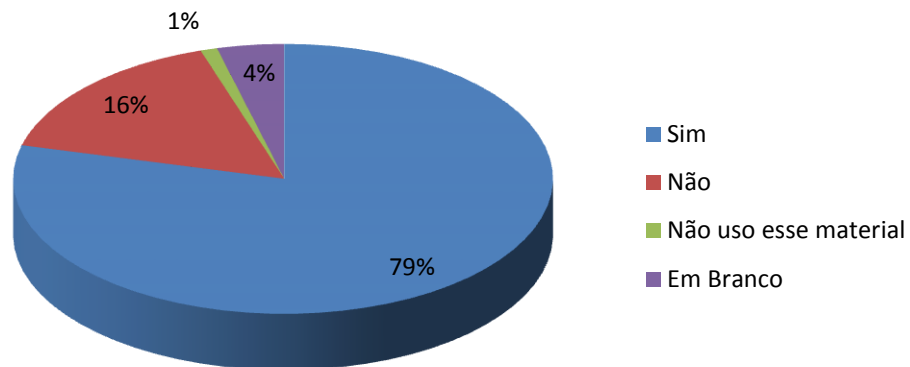
Os que responderam saber o destino dos resíduos indicaram:

“Aterro sanitário”.

“Lixão”

“Canabrava” E com relação ao destino do esgoto: “Mar”, “Rio”. Quanto ao fato de utilizar todas as páginas do caderno (ou monobloco), inclusive frente e verso, 79% dos entrevistados afirmaram que **sim**.

Gráfico 26 – Utiliza todas as páginas do caderno/monobloco, frente e verso?



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Aqueles que afirmaram **não** usar todas as páginas justificaram:

“Depende da caneta que uso e da qualidade do papel pois fica feio”

“As folhas ficam feias”.

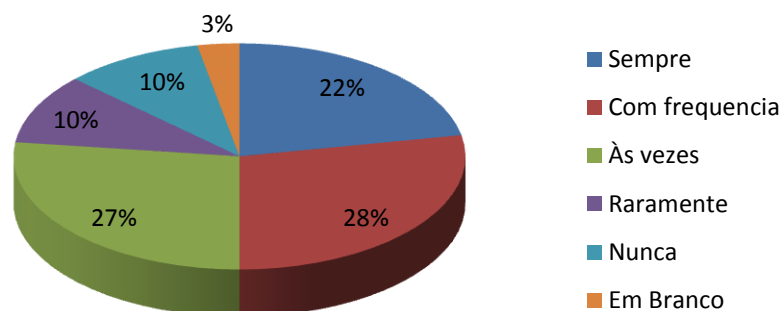
Não gosta de escrever no outro lado”.

“Fica mais organizado”.

“Não gosta (mania)”.

“O papel fica sem qualidade para estudar”. Em relação ao fato de se **reutilizar ou não** papel para rascunho, 50% afirmaram que reutilizam o papel. **(Gráfico 27)**

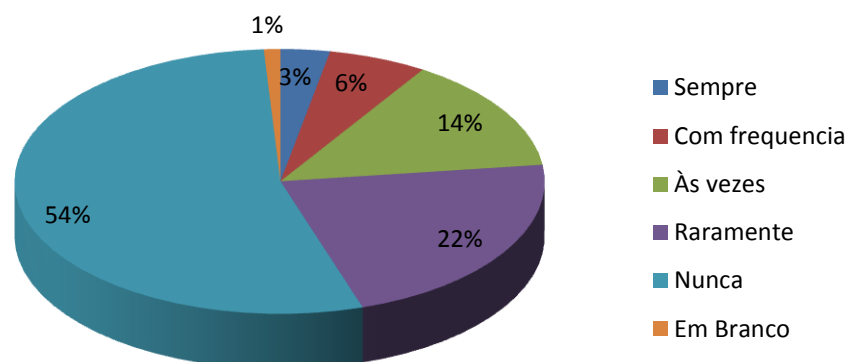
Gráfico 27 – Reutiliza papel? Exemplo: rascunho?



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Ao se perguntar sobre deixar a torneira aberta enquanto escova os dentes, 54% dos pesquisados responderam nunca e 22 raramente, conforme pode-se observar no **gráfico 28**.

Gráfico 28 – Deixa a torneira aberta ao escovar os dentes



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quando questionados sobre a existência ou não de rios, lagos, lagoas, canais, ribeirões ou represas na região da escola, muitos dos entrevistados demonstraram desconhecer algum desses mananciais. Os que afirmaram saber, citaram:

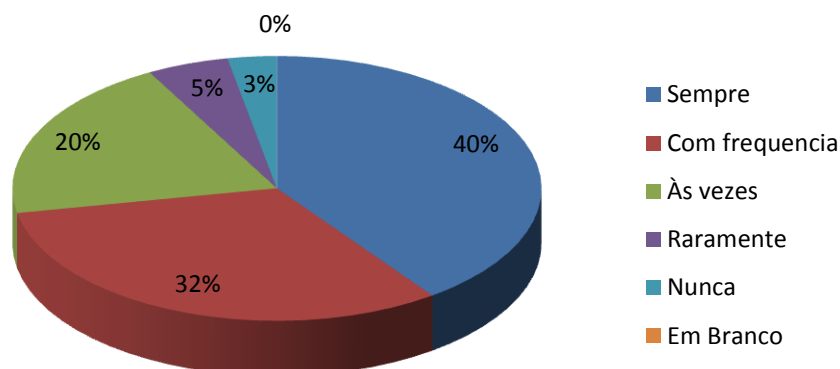
“Dique do Tororó”.

“Rio São Pedro e Rio Seixas”.

“Rio Camurugipe”..“Rio das Tripas”.

Quando perguntados sobre apagar a luz de um ambiente que não está sendo utilizado, 72% dos entrevistados afirmaram que apagam, conforme se pode observar no **gráfico 29**.

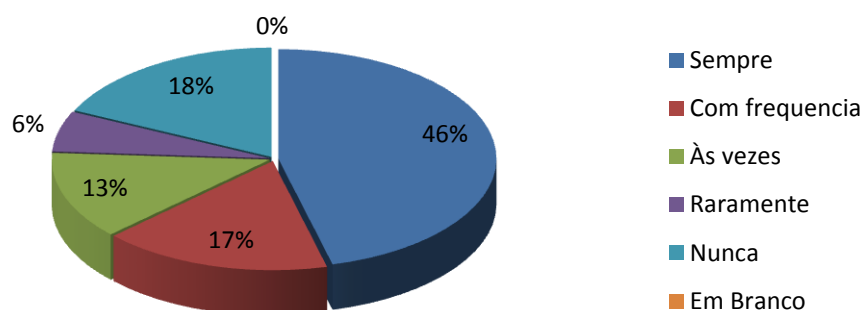
Gráfico 29 – Apaga a luz do ambiente que não está sendo utilizado



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Em relação a desligar a televisão deixando-a em *stand by*, 63% dos entrevistados responderam que sim, porém, a frequência com que isso ocorre varia, conforme pode-se observar no **gráfico 30**.

Gráfico 30 – Desliga a TV e deixa em Stand-by?

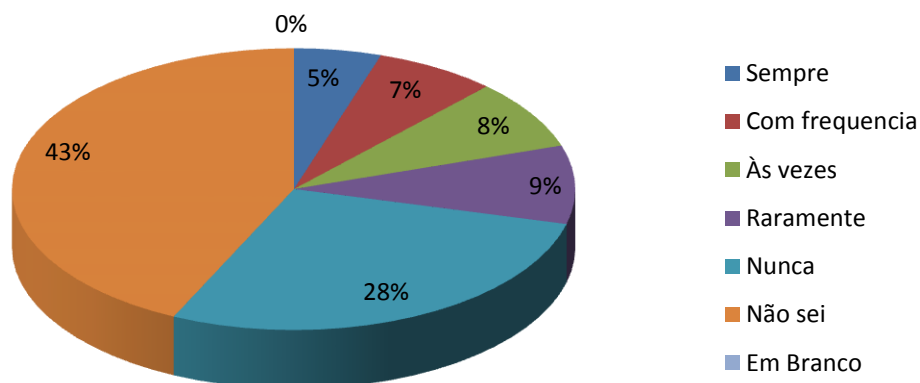


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Ao se investigar sobre o conhecimento com relação à prática de alguma ação que contribua para a preservação ambiental no lugar onde residem, os entrevistados responderam (**gráfico 31**):

- 43% (quarenta e três por cento) não sei;
- 28% (vinte e oito por cento) nunca;
- 9% (nove por cento) raramente;
- 8% (oito por cento) às vezes;
- 7% (sete por cento) com frequência;
- 5% (cinco por cento) sempre.

Gráfico 31 – Onde mora, há alguma ação de preservação ambiental?



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os que responderam saber, informaram:

“Coleta seletiva”.

“Coleta de lixo”

“Existe uma coleta de materiais recicláveis”

“Reciclagem, porem no meu prédio não no da minha avó”

“Recolhimento de óleo de cozinha”

“Seleção de lixo”

A partir da análise geral dos gráficos conforme as repostas dos alunos em relação aos vários parâmetros avaliados na escola (espaços exteriores, ruídos, transportes, resíduos, água, energia, biodiversidade, política ambiental), através, principalmente, da observação, verificaram-se os resultados que se seguem.

Apreendeu-se que, conforme as respostas dos alunos que, o recreio apresenta um aspecto agradável: áreas amplas, arejadas e iluminadas, porém, os recursos visuais são inexistentes nos espaços onde ele ocorre, exceto, no parque do 2º e 3º ano (ou 1ª e 2ª série) onde existem mosaicos coloridos.

Foram verificados também recursos visuais: I. Na descida para o almoxarifado, entre a cantina e a piscininha de plástico: pintura na parede, referente à segurança no trânsito; II. Pátio interno do 6º e 7º ano (ou da 5ª e 6ª série): adesivo

com paisagem de vegetação no portão que separa a área da manutenção do pátio; III. Pátio interno da sala de artes: mosaicos coloridos.

É notório que o número de caixotes (ou vasos) com plantas e de jardineiras no espaço escolar é insuficiente com relação a área total da escola de 28.700m² (vinte e oito mil e setecentos metros), sendo 13.589m² (treze mil e quinhentos e oitenta e nove metros) e ao tamanho dos espaços dos corredores e da grande maioria das salas (mais de 80% - oitenta por cento). Foram observados alguns poucos vasos com plantas e nas seguintes áreas: I. Área interna do 6 e 7 ano (ou da 5^a e 6^a série): doze (12); II.

Ainda com relação aos Espaços Exteriores, verificou-se que a escola possui: quatro (4) quadras e quatro (4) “campos” de futebol, sendo dois (2) de grama sintética, um (1) de areia e o outro (1) de grama natural.

Verificou-se que oitenta e três por cento (83%) dos alunos consideraram as áreas de convivência (pátios, salas dos professores,...) agradáveis, porém, constatou-se que a grande maioria dos espaços (mais de 90%) não apresenta atrativos (pinturas, murais ou mosaicos) como os existentes nas áreas: da cantina, do portão da Manutenção, da parede em frente a sala de artes, do parque do 2º e 3º ano (ou 1 e 2 série) do ensino fundamental, da passarela de artes e da rampa de acesso para a sala de artes do 6º e 7º ano (ou 5ª e 6ª série).

Foi constatado que atrativos desse tipo estão harmonicamente inseridos em tais áreas, tornando-as mais agradáveis e acolhedoras, além de chamarem a atenção das pessoas.

Por isso, outros espaços de convivência, que não possuem tais atrativos, merecem um estudo físico (estrutura física) e comportamental mais detalhado por profissionais qualificados para tal fim. Apesar de sessenta e nove por cento (69%) dos pesquisados considerarem a quantidade de áreas verdes suficientes, a pesquisa constatou que o número de plantas e áreas verdes distribuídas pelo colégio é insuficiente, considerando-se a área total ocupada pelo mesmo 38.700m² (trinta e oito mil e setecentos metros) e o tamanho dos espaços, que são bem amplos. Áreas verdes ou outras, que não impeçam de alguma forma a absorção de água (como os “campos” de grama sintética, de areia e de grama natural) ou a otimizar são

importantíssimas para a manutenção do equilíbrio ecológico urbano e para a melhoria da qualidade ambiental local.

Em relação ao número de lixeiras, verificou-se que a unidade escolar analisada possui em torno de dezoito cestos de lixo, distribuídos nas diversas áreas. Este número foi considerado bastante insuficiente por setenta e quatro por cento (74%) dos entrevistados, contudo, muitos deles comentaram sobre a sujeira nas áreas comuns da escola, inclusive, nas salas (de aula, dos professores e dos funcionários), deixada pelos próprios usuários e concluíram que o número de lixeiras é insuficiente, mas falta educação aos usuários das áreas comuns. Mesmo o número de lixeiras tendo sido considerado suficiente pelos pesquisados, durante a pesquisa, constatou-se que a distribuição das mesmas merece um (re) estudo.

Existem lixeiras para coleta seletiva, mas, ao invés de estarem compondo “ilhas” de coleta para diferentes materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, a lixeira para papel, por exemplo, está muito distante da lixeira para plástico. Elas não estão agrupadas em locais estratégicos para descarte e recolhimento de resíduos pelos alunos.

Além disso, destinam-se ao descarte de qualquer tipo de material reciclável/reutilizável ou não. Órgãos competentes para legislar, normatizar categorias profissionais (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia e de alguns outros estados), cuidar da limpeza pública (LIMPURB e empresas de alguns outros estados) e, inclusive, fabricantes e representantes de cestos para lixo foram pesquisados, mas não foi encontrada nenhuma normatização ou recomendação sobre como se estimar o número ideal de lixeiras (Por metro quadrado? Por números de usuários?) e/ou a melhor distribuição das mesmas.

Em relação aos ruídos, veio confirmar o que os resultados da pesquisa sinalizaram, isto é: cinquenta e um por cento (51%) dos alunos questionados consideraram o ruído nas salas de convívio e ao redor delas incomodativo.

Durante a análise verificou-se que, em muitos momentos, o ruído em áreas adjacentes à sala de aula e às salas de convivência, se torna altamente incomodativo. Isso foi notado, por exemplo, a partir do movimento das carteiras cujos pés não possuem isolamento acústico; do movimento de entrada e saída no estacionamento dos ônibus do colégio; e da aglomeração de alunos nas áreas circunvizinhas às salas de aula e de convívio.

Quanto ao fato da inexistência de material que isole os pés das cadeiras, principalmente, das salas de aula e projeção, verificou-se que, no período de aula (ou durante a limpeza das salas), o ruído das carteiras, quando arrastadas, chega a ser ensurdecedor para alunos e professores que estão na sala, incomodando muito os trabalhos das salas ao lado ou abaixo dela.

É importante esclarecer que a poluição sonora não é, ao contrário do que pode parecer numa primeira análise, um mero problema de desconforto acústico. O ruído passou a constituir atualmente um dos principais problemas ambientais dos grandes centros urbanos e, eminentemente, uma preocupação com a saúde pública.

Os malefícios que o barulho causa a saúde é fato comprovado pela ciência médica. Os ruídos excessivos provocam perturbação da saúde mental. Além do que, poluição sonora ofende o ambiente e, conseqüentemente, afeta não só as pessoas como todos os demais elementos (vivos ou não) ao redor dela, à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos pioram a qualidade de vida, tanto na relação entre as pessoas como nas atividades desenvolvidas por elas e que dependem de maior atenção e tranquilidade. Essas informações foram suficientes apenas para se constatar a necessidade da realização de um trabalho mais detalhado e voltado para a mitigação de ruídos em muitos espaços da escola.

A identificação entre som e ruído é feita através da utilização de unidades de medição do nível de ruído. Com isso, definem-se, também, os padrões de emissão aceitáveis e inaceitáveis, criando-se e permitindo-se a verificação do ponto limítrofe com o ruído. O nível de intensidade sonora expressa-se habitualmente em decibéis (db) e é apurada com a utilização de um aparelho chamado decibelímetro.

Trabalhar com uma temática bastante inovadora no contexto escolar como a Agenda 21 e a Educação Ambiental foi bastante desafiador e ao mesmo tempo gratificante. De acordo com Barbosa (2013) o aumento e difusão da Educação Ambiental é especificamente relevante para podermos promover reflexões e condições melhores de vida às futuras gerações.

É consenso de todos os profissionais que estão inseridos na área da educação a necessidade de permanência e conservação do meio ambiente. Sendo assim, não existe outro caminho, as pessoas precisam ser conscientizadas e, para que esta tomada de consciência se multiplique ainda mais, a partir das gerações presentes e vá passando para as futuras, se faz essencial, implementar políticas de

educação ambiental tanto dentro e fora da escola, abrangendo projetos que envolvam os educandos em sala de aula, tornando-os multiplicadores de reflexões e atitudes sustentáveis, do ponto de vista da Educação Ambiental.

Ressalte-se que a Educação Ambiental caracteriza-se por implementar a gestão ambiental como diretriz educativo do currículo e por centralizar-se na ideia da participação das pessoas na gestão dos seus respectivos lugares: seja a escola, a rua, a comunidade, a cidade, enfim, o ambiente das relações que mantém no seu dia-a-dia. Entende-se que o papel principal das ações de uma política ambiental é contribuir para que os indivíduos adotem uma nova atitude com relação ao seu próprio meio ambiente.

Com o objetivo de reconstruir o PPP da escola com a implementação de questões ambientais que tem embasamento na Agenda 21, o autor da presente pesquisa sugeriu juntamente com os demais professores a implementação e experimentação de ações intervencionistas e interdisciplinares é mais fácil de ser efetivada em especial no Ensino Fundamental II, visto os contatos diretos e cotidianos entre os educadores e destes com seus educandos. Logo, ainda que reconhecendo a importância de uma Educação Ambiental reflexiva e crítica em todas as séries do Ensino Regular, apostamos na disseminação efetiva das ações como as que pude investigar nessa pesquisa, isto é, direcionadas para o Ensino Fundamental.

Ressaltamos, no entanto que a Agenda 30 não pode ser ignorada no ambiente escolar, porque traz informações e recomendações importantíssimas para a melhoria do ambiente, não apenas com impactos positivos nas questões ambientais, mas também nas questões sociais, proporcionando qualidade de vida em vários aspectos. Pessoas em condição de miséria, excluídas da sociedade, são lembradas neste documento que não pretende apenas melhorias das condições ambientais, mas viabiliza a melhoria da condição humana como um todo.

Logo, as ações da instituição pesquisada apregoam a necessidade do desenvolvimento de projetos de caráter 'humanitário', as quais objetivam a promoção de determinantes como a solidariedade, o bom senso, a reflexão crítica, a segurança individual, a autoestima, valorização e preservação da natureza. Tais abordagens, entretanto, certamente nos provocam a refletir no seguinte questionamento: As ações implementadas podem ser efetivamente nomeadas de

Educação Ambiental? Pensando em minha experiência profissional na condição de professor, acredito que a pesquisa realizada e os resultados aqui relatados podem contribuir para inspirar outras instituições de ensino e para encorajar outras secretarias a investirem nessa audaciosa e necessária abordagem sobre a fomentação da Agenda 21, ainda que seja um enorme desafio romper com práticas curriculares consideradas conservadoras e ao longo da história reconhecidas como universais.

Além disso, percebeu-se, ao longo da pesquisa, que não se deve inventar 'fórmulas' prontas ou/e perfeitas e indicar ações de implementação da Agenda 30; na verdade, observa-se que essa tem sido desenvolvida em meio às iniciativas de profissionais de educação que vêm assumindo essa tarefa em meio aos entraves da instituição pesquisada. Seria bastante provável, portanto, que em uma primeira visita na unidade escolar, esta fosse reconhecida como uma instituição de ensino que desenvolve inúmeros projetos de ações política de Educação Ambiental conforme está descrito no PPP.

Ainda que se reconheça que, a escola analisada, certamente favorece uma abordagem via projetos, compreende-se o quanto essa pesquisa contribui para promover ações para as lacunas identificadas, que fomentem a transversalidade de Educação Ambiental e Sustentabilidade, prioritariamente, uma multiplicidade de reflexões e olhares. Cabe, nesse caso, reconhecer o quanto é imprescindível o apoio da coordenação e direção de uma escola na realização de qualquer ação pedagógica, reafirmando sua influência e poder simbólico diante dos distintos sujeitos sociais que compõem a instituição ensino.

Além disso, ainda que enfatizado com certa sutileza, os resultados da pesquisa sinalizaram para a dificuldade de alguns docentes no desenvolvimento de projetos interdisciplinares, o que nos sugere a real necessidade de investimentos tanto na formação continuada de professores quanto na socialização das ações e experiências que têm sido produzidas pelos docentes, com desenhos curriculares distintos, em outras instituições escolares.

Os PPP(antigos e atuais) da Escola participante da pesquisa estabelecem na sua metodologia um trabalho elaborado de forma interdisciplinar, contudo salienta-se a dificuldade encontrada tanto pelos gestores, quanto pelos professores de desenvolverem trabalhos nesta perspectiva, principalmente com professores do 5º

ao 9º ano. Nestes PPP analisados observou-se a necessidade de um plano de ação tendo em vista suscitar questões ambientais, a serem implementadas pela escola pesquisada, como sugestão, no PPP da mesma, possibilitando deste modo a indicação de espaços-tempos adequados ao desenvolvimento de percepções e práticas integradoras e transformadoras da realidade socioambiental dos alunos.

5 CONCLUSÃO

A realização desse estudo possibilitou gerar muitas inquietações. Mesmo sem pretender fazer qualquer tipo de diagnóstico, reflete-se ser relevante e o levantamento de alguns questionamentos que podem continuar nos amparando no debate. São estes: Diante das dificuldades de realizá-la, como algumas instituições fazem Educação Ambiental de forma interdisciplinar? De que forma a mesma é praticada e entendida? Será que as intervenções da política ambiental elaborada dentro de um modelo de gestão educacional preexistente nas unidades escolares do ensino fundamental, apesar dos inúmeros argumentos contrários, não seria um caminho possível para a implementação da Agenda 21 nesta instituição? Diante de tais questionamentos, penso na precisão de se relativizar as usuais 'certezas' sobre a temática, tendo em vista melhor compreender o que tem sido produzido neste espaço escolar. Afinal, conforme revela Tristão (2004, p. 54), "romper as fronteiras entre e dentro das disciplinas fica difícil diante de uma educação formatada nos moldes das disciplinas convencionais".

Respondendo ao problema norteado nesta pesquisa que foi o de avaliar a importância da Educação Ambiental na implementação da agenda 21 na Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá através das práticas ambientais, percebe-se a necessidade de outras pesquisas que focalizem não somente a Agenda 21, mas também a Agenda 30 em distintas ações políticas, compreendendo que mais do que 'manuais' sobre o que seria mais apropriado, são as efetivas experiências desenvolvidas pelos professores em suas instituições de ensino que podem nos auxiliar e realizar ações consistentes de Educação Ambiental.

Deste modo, buscando entender como essas ações têm sido implementadas e que critérios têm sido utilizados pelo corpo docente da unidade escolar analisada, percebe-se um esforço de ação conjunta dos envolvidos direta ou indiretamente envolvidos no processo educativo participando na seleção dos temas a serem trabalhados nos projetos de abordagem da Educação Ambiental.

Essa interlocução e valorização dos diversos atores supracitados, inclusive, explicitamente apontado na Agenda 21, ao preconizar que os critérios que tem sido ponderado ao considerarem determinados interesses e temáticas em detrimentos de outras se referem às indigências das escolas e da comunidade já que, segundo o

documento: Levando em consideração a interação Escola/Comunidade há que se procurar a solidificação da Agenda 21 por meio de reuniões periódicas envolvendo coordenação, direção, corpo docente, corpo discente, funcionários, pais ou responsáveis e sempre que possível parceria com Instituições Governamentais e Não-Governamentais.

Desse modo, na escola investigada, os temas abordados nas práticas educativas que privilegie a Educação Ambiental materializam os esforços da instituição de trabalhos coletivos, ainda que as vezes limitados, uma pressuposição da própria área. Identificar os responsáveis por desenvolver essas ações no colégio me possibilitou perceber, ainda que de forma parcial, os inúmeros motivos que têm levado as equipes a escolherem pela realização das mesmas.

Ressalte-se que, no caso da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Salvador-BA, por exemplo, os problemas ambientais do espaço local e que afetam direta ou indiretamente toda a comunidade parecem ter sido a principal motivação das intervenções da Política Ambiental elaborada dentro de um modelo de gestão educacional preexistente nas unidades do ensino fundamental da rede municipal.

Cabe mencionar, também, que os resultados obtidos a partir das intervenções e melhorias socioambientais, por meio de práticas pedagógicas aplicadas na escola analisada, com o corpo discente no segmento do Ensino Fundamental II, com a implementação da Agenda 21 e da Política Ambiental elaborada dentro de um modelo de gestão educacional, evidenciam pouco envolvimento e participação dos educandos nos projetos.

Já a análise das ações na instituição analisada permitiu perceber como o termo 'cidadania', em uma expectativa ampliada, assumiu centralidade, o que pode ser demonstrado no Projeto Político Pedagógico implementado pela instituição. Porquanto, para que as instituições de ensino possam desempenhar sua função social, é fundamental sua conexão com questões sociais e com os valores democráticos.

Deste modo, cabe enfatizar, portanto, que a educação tem a capacidade de difundir atitudes e valores, não sendo exclusivamente um meio de transmitir informações, porquanto, trata-se de um procedimento que envolve mudanças no indivíduo que aprende e advém sobre sua identidade e costumes diante do mundo. Desenvolvendo competências e habilidades como mais colaboração, e menos

rivalidade, assim se pode ter grandes perspectivas sobre a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, ou a minimização da destruição dos bens naturais que ainda não ingressaram em extinção no nosso planeta.

Ressalte-se que, do ponto de vista da pesquisa realizada, longe de querer ser prescritiva e/ou conclusiva, considera-se ser de grande importância um maior entendimento do dualismo entre o meio ambiente e social atribuído, em certas instâncias, à Educação Ambiental.

Assim sendo, a valorização da investigação de ações educativas implementadas no Plano de Ação que pense o social como ambiental, ainda que possam ser elemento de críticas, podem nos auxiliar efetivamente nessa instigante tarefa em prol de uma educação mais reflexiva e consciente.

Além disso, diante das questões suscitadas por esse estudo, sinalizo com outras possibilidades investigativas que possam contribuir para um efetivo entendimento e compreensão das ações políticas de Educação Ambiental e a implementação da Agenda 30 no âmbito escolar. Uma delas estaria na possibilidade de investigar outras instituições de ensino que se apreendem realizando ações sobre a temática, focalizando elementos que nos possibilitem entender questões relativas ao binômio Política Ambiental/Agenda 21.

Diante desses pressupostos e considerações, sugere-se uma nova reorganização e orientação ao processo de formação continuada de professores que, entre outros aspectos, associe a pesquisa e o ensino e configure outro perfil para este profissional em seu domínio de atuação. Para tal, propõe-se desde o início das ações implementadas realizar um curso de formação de educadores ambientais. Neste, almeja-se socializar os conhecimentos adquiridos no decorrer desta pesquisa, com vistas à reflexão conjunta entre os educandos e os educadores a respeito da temática ambiental.

Verifica-se que para além de mudar os hábitos da população no sentido de se adotar aqueles menos prejudiciais ao meio ambiente, a educação ambiental fortalece o exercício da cidadania, o que é extremamente desejável em se tratando de um Estado Democrático, em especial, em um país com histórico marcado por problemas de supressão e privação de direitos sociais e políticos como o Brasil.

Sob uma perspectiva de participação popular, entende-se que a educação ambiental pode fortalecer os relacionamentos interpessoais, o sentimento de

pertença à uma comunidade na medida em que bens jurídicos pertencentes a população brasileira como florestas, rios, oceanos e até mesmo a saúde coletiva são constantemente valorizados e mencionados como bens a serem conservados e/ou preservados pela população como um todo. Em outras palavras, o meio ambiente é um elo entre o povo brasileiro.

Enfim, reitera-se que as ações de política da Agenda 21 e também a Agenda 30 será efetivamente tratada com a importância que elas merecem quando atingirmos, como educadores, compreensão e consciência renovadas das relações interdisciplinares das várias áreas do saber. Isto requer, portanto, compromisso de refletir sempre sobre as concepções, atitudes e práticas pedagógicas no que concerne ao meio ambiente e o contexto social.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Sustainability and Territory**. In: **Internacional Seminar on “Sustainability as a Concept for Social Sciences”**. Frankfurt: ISOE/Unesco, 1996.
- ALMEIDA, F. J.; FONSECA JÚNIOR, F. M. **Projetos e ambientes inovadores. Secretaria de Educação a Distância**. SEED/Proinfo, Brasília: MEC, 2010.
- ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão**. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 4.out/nov/dez 2010.
- ANDREOLI, Cleverson V.; et al. **Uma leitura para os temas transversais: ensino fundamental. Serviço Nacional de aprendizagem Rural (SENAR)**, Curitiba, 2012.
- AZEVEDO, P. F. de. **Ambiente e direito no limiar da vida**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- BARBOSA, L. C. **Políticas Públicas de Educação Ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil**. IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília, 2013.
- BELLIA, Vítor. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2016.
- BERTOLUCCI, D.; MACHADO, J.; SANTANA, L. C. Educação Ambiental ou Educações Ambientais? As adjetivações da Educação Ambiental Brasileira. **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**. Fundação Universidade Federal de Rio Grande. Vol. 15, julho a dezembro de 2013.
- BIGLIARI, R.V.; CRUZ, R. G. **Currículo escolar, pensamento crítico e educação ambiental**. *Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental*. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. v. 21, p. 332-340, jul/dez de 2011.
- BRASIL. **Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil Promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BUSQUESTS, Maria Doloirset al. **Temas transversais em educação: bases para uma formação integral**. São Paulo: Ática, 2009.
- CARDOSO, T. M. **Apontamentos para a construção de profissões docentes biocêntricas**. In: Dalbenet al. (orgs). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CARVALHO, R. M. **Da economia da beleza à beleza da economia**. Rio de Janeiro: IPPUR, 1997.

CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2010.

CONDÉ, E. S. **Políticas Públicas: conceitos, características e um olhar sobre o campo**. In: Condé et al. Políticas educacionais e avaliação de programas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

DAHER, Andréa. **A Conversão do Gentio ou a Educação como Constância**. In: Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação. São Paulo: EdUSP, 2011.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 2015.
FURIAM, S. M.; GÜNTHER, W. R. **Avaliação da EA no gerenciamento dos resíduos sólidos no Campus da V. E. de Feira de Santana**. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 35, p. 7- 27, jul./dez. 2013.

GRECA, I. M. **Discutindo aspectos metodológicos da pesquisa em ensino de ciências: algumas questões para refletir**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 2 (1) 73-82, 2013.

GUIMARÃES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/USP, 2000.

JÚNIOR, A. C. & JOROVIC, J. (Org.) **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental – Desafios e Perspectivas para as Organizações**. SENAC. São Paulo. 2016.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

LEITE, A. L. T. A; MININNI-MEDINA, N. (coords.). **Educação ambiental curso básico a distância: documentos e legislação da educação ambiental** 2. ed. ampliada. Brasília: MMA, 2014, v. 5.

LOUREIRO, C. F. B. **Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em Educação Ambiental**. In:_____. LAYRARGUES, P. P. e

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

MAFALDO, Norma Maria Meireles Macedo. Intercom – **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008.

MEDINA, N. M. **Educação Ambiental para a sustentabilidade**. Anais do I Congresso Internacional de Educação do Colégio Coração de Jesus, Educar - uma perspectiva humanística. Florianópolis, junho, 2010.

MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Natal: EDUFRN, 2007.

MORENO, Montserrat. **Temas transversais: um ensino voltado para o futuro**. In:

NOVICK, V. **Educação ambiental: desafios à formação/trabalho docente**. In: Cunha, A.M O. et al (orgs). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Coleção Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte: Autêntica. p. 21- 42, 2010.

OLIVEIRA, L.. M; CARVALHO, I. C. de M., **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

PARDO, A. D. **Educação ambiental como projeto**. 2.ed. Traduzido por Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2015.

REZLER, Meire A. **Concepções e práticas de educação ambiental na formação de professores**. 2008. 253 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2008.
ROCHA, Ronaldo G. **Ecoideologias associadas aos movimentos ambientais: contribuições para o campo da educação ambiental**. *Educar*, Curitiba, n. 27, p. 55- 73, jan./jun. 2014.

RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TRISTÃO, Martha. **Rede de relações: os sentidos da educação ambiental na formação de professores**. 2001. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001

VEIGA, Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

VIZENTIN, Caroline R.; FRANCO, Rosemary C. **Meio Ambiente: do conhecimento cotidiano ao científico, metodologia ensino fundamental do 1º ao 5º ano**. Curitiba: Base Editorial, 2013.

ZITZKE, Valdir Aquino. Educação Ambiental e ecodesenvolvimento. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação**, v. 9, p.175-188, jul./dez., 2012.

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Este levantamento de dados sobre a pesquisa intitulada: **objetivos da Agenda 21 para a sustentabilidade: Desafios e perspectivas das práticas ambientais em uma unidade escolar no município de Salvador-Ba.**

Participar, respondendo ao questionário, é uma opção particular e voluntária. Informo que os dados resultantes do presente estudo serão utilizados, especificamente, como dados de análise de pesquisa sobre a temática tratada. Obrigada a manter o sigilo quanto à identificação dos participantes e também tomar os cuidados necessários para assegurar a privacidade dos mesmos.

Objetivo: Analisar e avaliar o ensino da educação ambiental na escola do Ensino Fundamental do Município de Salvador visando realizar uma análise crítica das práticas pedagógicas aplicadas.

Perfil do Inquirido	
01	Sexo 1 () Masculino 2 () Feminino
02	Idade 1 () Até 29 anos 2 () De 30 a 34 anos. 3 () De 35 a 39 anos. 4 () De 40 a 44 anos 5 () Acima de 45 anos
03	Grau acadêmico mais elevado () Magistério () Superior incompleto () Superior completo () Especialização () Mestrado () Doutorado
04	Situação profissional () Concursado () Contratado () Efetivo
05	Atua como profissional da educação há quanto tempo? 1. () Menos de 1 ano 4. () De 1 a 3 anos 2. () De 3 a 5 anos 5. () De 5 a 7 anos 3. () De 7 a 9 anos 6. () Acima de 10 anos
06	Qual a disciplina que você leciona? 1. () Educação Geral 2. () Educação Física 3. () Matemática 4. () Geografia 5. () Língua estrangeira. 6. () Educação Artística 7. () História 8. () Sociologia 9. () Língua Portuguesa

	10. () Outra
--	---------------

<p>2. Considera muito importante trabalhar a temática da sustentabilidade na EA escolar?</p> <p>Não sei <input type="checkbox"/> Totalmente de acordo <input type="checkbox"/> De acordo <input type="checkbox"/> Estou em duvida <input type="checkbox"/> Em desacordo <input type="checkbox"/> Totalmente em de acordo Não se aplica</p>
<p>3. Considera muito importante tornar a escola um espaço sintonizado com a sustentabilidade socioambiental?</p> <p>Não sei <input type="checkbox"/> Totalmente de acordo <input type="checkbox"/> De acordo <input type="checkbox"/> Estou em duvida <input type="checkbox"/> Em desacordo <input type="checkbox"/> Totalmente em de acordo Não se aplica</p>
<p>4. Tenho pleno conhecimento sobre o artigo 225 da constituição Federal do Brasil de 1988.</p> <p>Não sei <input type="checkbox"/> Totalmente de acordo <input type="checkbox"/> De acordo <input type="checkbox"/> Estou em duvida <input type="checkbox"/> Em desacordo <input type="checkbox"/> Totalmente em de acordo Não se aplica</p>
<p>5. Identifiquei mudanças significativas no espaço comunitário em decorrência das ações ligadas a EA.</p> <p>Não sei <input type="checkbox"/> Totalmente de acordo <input type="checkbox"/> De acordo <input type="checkbox"/> Estou em duvida <input type="checkbox"/> Em desacordo <input type="checkbox"/> Totalmente em de acordo Não se aplica</p>
<p>6. Participei ativamente do processo de formulação do PPP da escola</p> <p>() Não sei <input type="checkbox"/> Totalmente de acordo <input type="checkbox"/> De acordo <input type="checkbox"/> Estou em duvida <input type="checkbox"/> Em desacordo <input type="checkbox"/> Totalmente em de acordo Não se aplica</p>
<p>7 -. Incluo em minhas ações didáticas o desenvolvimento do projeto de EA. Tenho amplo conhecimento sobre o Plano Nacional de Educação Ambiental - a Lei 9. 795/99.</p> <p>Não sei <input type="checkbox"/> Totalmente de acordo <input type="checkbox"/> De acordo <input type="checkbox"/> Estou em duvida <input type="checkbox"/> Em desacordo <input type="checkbox"/> Totalmente em de acordo Não se aplica</p>
<p>8. Contribui de forma efetiva através de minha participação docente do projeto de EA da escola</p> <p>Não sei <input type="checkbox"/> Totalmente de acordo <input type="checkbox"/> De acordo <input type="checkbox"/> Estou em duvida <input type="checkbox"/> Em desacordo</p>

<p><input type="checkbox"/> Totalmente em de acordo Não se aplica</p>
<p>9. Considera muito importante os componentes transversalidade e interdisciplinaridade na minha atividade docente ligada a Educação Ambiental?</p> <p>Não sei <input type="checkbox"/> Totalmente de acordo <input type="checkbox"/> De acordo <input type="checkbox"/> Estou em duvida <input type="checkbox"/> Em desacordo <input type="checkbox"/> Totalmente em de acordo Não se aplica</p>
<p>10. Pratico de forma efetiva as ações docentes realizadas de forma transversal e interdisciplinar sobre Educação Ambiental.</p> <p>Não sei <input type="checkbox"/> Totalmente de acordo <input type="checkbox"/> De acordo <input type="checkbox"/> Estou em duvida <input type="checkbox"/> Em desacordo <input type="checkbox"/> Totalmente em de acordo Não se aplica</p>
<p>11. Em minha prática educativa, a escolha dos conhecimentos saberes e práticas estão contextualizadas na realidade local e estabelece nexos e vínculos com a realidade global</p> <p>Não sei <input type="checkbox"/> Totalmente de acordo <input type="checkbox"/> De acordo <input type="checkbox"/> Estou em duvida <input type="checkbox"/> Em desacordo <input type="checkbox"/> Totalmente em de acordo Não se aplica</p>

APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS

Nome do aluno: _____

Série: _____

(Por favor, para cada questão, escreva a resposta que melhor expresse sua opinião ou sentimento sobre o assunto.)

1. Áreas de convivência nos intervalos do colégio?

Sim Não Em Branco

2. Quantas lixeiras tem disponíveis nas áreas comuns externas do colégio?

Sim Não Em Branco

3. Número de lixeiras suficientes?

Sim Não Em Branco

4. Quantidade de plantas suficientes?

Sim Não Em Branco

5. Participaria de ação voluntária para limpeza ou embelezamento?

Sim Não Em Branco

6. Cuida da preservação do ambiente onde se encontra?

Sim Não Em Branco

7. Existem bancos/mesas suficientes para os alunos no intervalo?

Sim Não Em Branco

8. Barulho nas salas de convívio e ao setor dela incomoda?

Sim Não Em Branco

9. Costuma ouvir música em volume alto

Sempre Com frequência Às vezes Raramente Nunca Em Branco

10. Toque de início/fim de aula incomoda

Sempre Com frequência Às vezes Raramente Nunca Em Branco

11. Separa resíduos em casa?

Sim Não Em Branco

12. Se separa o que separa?

Sim Não Em Branco

13. Sabe o significado da "Política dos 4Rs?"

Sim Não Em Branco

14. Sabe o destino dos resíduos gerados em casa?

Sim Não Em Branco

15. Você sabe dizer para onde vai o esgoto da sua cidade?

Sim Não Em Branco

16. Você costuma utilizar todas as páginas do caderno / monobloco frente e verso?

Sim Não Não uso esse material Em Branco

17. Você costuma reutilizar os papéis como rascunho?

Sempre Com frequência Às vezes Raramente Nunca Em Branco

18. Você costuma deixar a torneira ligada ao escovar os dentes? Por quê?

Sempre Com frequência Às vezes Raramente Nunca Em Branco

19. Você apaga a luz quando não está sendo utilizado?

Sempre Com frequência Às vezes Raramente Nunca Em Branco

20. Você costuma utilizar a TV e deixar em stand –by?

Sempre Com frequência Às vezes Raramente Nunca Em Branco

21. Onde você mora tem alguma ação de preservação ambiental?

Sempre Com frequência Às vezes Raramente Nunca Em Branco

APÊNDICE3: PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO A SER IMPLEMENTADA PELA ESCOLA PESQUISADA, COMO SUGESTÃO, NO PPP DA MESMA

PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO

**Salvador-BA
2018**

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe. (Piaget, 1974, p. 67).

1. INTRODUÇÃO

Considerando o processo educacional de importância fundamental na construção efetiva do ser humano, durante todo o fazer pedagógico, é preciso entender o que mudou e o que precisa mudar. Nesta perspectiva é que o plano de ação deve ser avaliado continuamente para que, efetivamente garanta suas ações e objetivos. Segundo Veiga (1997), um Plano de ação construído corretamente não vai garantir que a escola se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas pode permitir que os envolvidos tenham consciência de seu caminho, interfiram nos limites, aproveitem as potencialidades e resolvam as dificuldades detectadas com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança.

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, que significa lançar para diante. Ao construirmos os projetos de nossa escola, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar.

O Plano de ação deve possibilitar aos membros da escola, uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo as responsabilidades de todos. A presença do debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola.

É baseado na construção de um Plano de Ação referentes às questões ambientais, a ser implementada pela escola pesquisada, como sugestão, no Plano Político Pedagógico (PPP) da mesma.. O PPP define a intencionalidade e as estratégias da escola. Porém, só poderá ser percebido dessa maneira, se assumir uma estratégia de gestão democrática, ou seja, se for baseado na coletividade. Ele será eficaz na medida em que gera o compromisso dos atores da escola com a proposta educacional e com o destino da instituição.

2. APRESENTAÇÃO

Para que plano de ação seja relevante no que se propõe, tem que fazer valer a autonomia construída, pois não acreditamos que só a formalidade da autonomia

legal venha dar vida a um documento que na maioria das vezes é construído por uma ou duas mãos ou quando não é encomendado a uma dessas consultorias que não conhece a escola e o elabora em cima de dados tornando-o um documento meramente burocrático e de fundo de gaveta da direção da escola.

O grande desafio é construir um plano de ação percebido a sua presença desde a portaria até a sala de aula, pois o projeto pedagógico tem que estar “vivo” na escola. Para isso acontecer, é preciso garantir a autonomia construída o que, para nós gestores, é o grande desafio, pois teremos que criar estratégias para que haja o envolvimento de todos os segmentos nessa construção coletiva do projeto político pedagógico.

1.1 A construção coletiva: quando a escola se propõe a construir coletivamente o PPP e garantir essa participação dos segmentos é comparado ao ato de parir. Assim é o PPP quando construído com o envolvimento da comunidade escolar.

1.2 Conhecer a comunidade onde a escola está inserida: é imprescindível conhecer a comunidade onde a escola está inserida, pois a maioria das escolas não vai a campo conhecer a realidade que envolve o aluno; não por não querer e sim pela falta de tempo e de recursos humanos, pois, na maioria das vezes a rotina das atividades dentro da escola não nos dá essa oportunidade. Em apenas uma reunião de pais e mestres essa realidade é, na maioria das vezes, camuflada.

1.3 Ações significativas: planejar ações significativas em que a realidade dos alunos seja discutida, debatida, buscando perspectivas de mudanças em todos os sentidos, das suas vidas. Essas mudanças contribuirão para seu sucesso escolar.

3. IDENTIFICAÇÃO

A Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão localizada R. São Cristóvão, 190 - Paripe, Salvador - BA, 40820-180, trabalha com a modalidade de ensino fundamental I e II.

A nossa Unidade Escolar, oferecerá aos seus alunos serviços educacionais com base nos princípios emanados das Constituições Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e no Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Nº 13.257.

Quadro 1 – Dados cadastrais da unidade escolar

Unidade escolar	Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá
Endereço	R. São Cristóvão, 190 - Paripe, Salvador - BA, 40820-180
Telefones	(71)3217-0274
E-mail	
Cadastro no MEC/Inep	
Autorização de funcionamento	Portaria nº 288 publicado no Diário Oficial de 30/01/1981
Classificação IDEB	3.3
Modalidades de ensino	Fundamental I e II, EJA.
Quantitativo de alunos	570alunos

4. O QUE QUEREMOS

4.1 Sociedade:

O processo educacional deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes cristalizados e desemboque em um processo de produção e apropriação de conhecimento, possibilitando assim que o cidadão torne-se crítico e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação das dificuldades da sua realidade.

4.2 Educação:

- Integração e participação da comunidade escolar
- Todos os segmentos da escola voltados para a valorização do educando
- Mais ofertas em cursos de formação e qualificação dos profissionais da educação
- Reorganização do espaço físico
- Número de alunos em sala de aula condizente com a capacidade de um bom acompanhamento pelo professor
- Mais recursos humanos, pedagógicos e financeiros
- Maior efetividade quanto às regras de convivência em grupo
- Maior qualificação profissional e salários compatíveis

4.3 Escola:

A constante efetivação das concepções anteriores nas diferentes dimensões existentes na escola.

4.4 Aprendizagem:

O professor não é o único ensinante, mas o principal mediador entre o sujeito que “aprende” e o objeto do conhecimento. Assim a concepção Pedagógica do Colégio Liberdade tem como concepção pedagógica o Histórico-Cultural, ou Sócio-Histórica, pois entende que o homem não nasce pré-determinado, este é um ser social, produto e também produtor da história, capaz de lidar com a dialética social, transformando, compreendendo e administrando conflitos.

Segundo Freire, são necessários para que ocorra o ensino aprendizagem:

- Rigoriedade metódica
- Pesquisa
- Respeito aos saberes dos educandos
- Criticidade
- Estética e ética
- Risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação
- Reflexão crítica sobre a prática educativa
- Reconhecimento e assunção da identidade cultural
- Consciência do inacabado
- Reconhecimento de ser condicionado
- Respeito a autonomia do ser do educando
- Bom senso
- Humildade, tolerância e busca dos direitos dos educadores
- Apreensão da realidade
- Curiosidade
- Segurança, competência profissional e generosidade
- Tomada consciente de decisões
- Reconhecimento da educação enquanto ideologia

4.5 Currículo:

Além de tudo já falado, o currículo pode ser entendido como um processo de socialização dos alunos com o objetivo de ajustá-los às estruturas da sociedade. Neste sentido acredita-se que as relações sociais, as trocas de experiência, o cotidiano formam um conjunto de fatores que garantem a formação de um currículo escolar que busca integrar a vida escolar à vida social. Nossos princípios:

- ✓ Promover o desenvolvimento integral do aluno;
- ✓ Formar os alunos para a cidadania e a continuidade de estudos de modo a ser capaz de se inserir com flexibilidade no mercado de trabalho;
- ✓ Proporcionar a formação continuada de gestores, coordenadores e professores;
- ✓ Implantar projetos educativos e sociais;
- ✓ Buscar a participação e integração escola-família e comunidade, através de reuniões, palestras e eventos.

Reorganizar o currículo por projetos, em vez das tradicionais disciplinas, é a principal proposta do educador espanhol Fernando Hernández. Ele se baseia nas idéias de John Dewey (1859-1952), filósofo e pedagogo norte-americano que defendia a relação da vida com a sociedade, dos meios com os fins e da teoria com a prática.

A Pedagogia de Projetos visa à re-significação desse espaço escolar, transformando em um espaço vivo de interações, aberto ao real e às suas múltiplas dimensões. O trabalho com projetos traz uma nova perspectiva para entendermos o processo ensino aprendizagem. Aprender deixa de ser um simples ato de memorização e ensinar não significa mais repassar conteúdos prontos. Nessa postura, todo conhecimento é construído em estreita relação com os contextos em que são utilizados, sendo por isso impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes nesse processo. A formação do aluno é um processo global e complexo, onde o conhecer e intervir no real não se encontra dissociados.

O trabalho com plano de ação é uma metodologia de ensino que envolve os alunos em investigações de problemas atrativos, que geram resultados originais. Os

planos de ação que apresentam mais oportunidades de ensino em sala de aula podem variar muito em termos de tema e abrangência e podem ser apresentados em quase todas as séries.

4.6 Projetos a serem implementados pela unidade escolar:

Para Paulo Freire (2008, p. 56), ao trabalhar com projetos interdisciplinares, "tanto educadores quanto educando envolvidos numa pesquisa, não serão mais os mesmos. Os resultados devem implicar em mais qualidade de vida, devem ser indicativos de mais cidadania, de mais participação nas decisões da vida cotidiana e da vida social. Devem, enfim, alimentar o sonho possível e a utopia necessária para uma nova lógica de vida".

A comunidade escolar acredita que o trabalho com projetos é positivo tanto para o aluno quanto para o professor. Ganha o professor, que se sente mais realizado com o envolvimento dos alunos e com os resultados obtidos; ganha o aluno, que aprende mais do que aprenderia na situação de simples receptor de informações. Assim a informação passa a ser tratada de forma construtiva e proveitosa e o estudante desenvolve a capacidade de selecionar, organizar, priorizar, analisar, sintetizar etc.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - (PCN), "a interdisciplinaridade deve ir além da mera justaposição de disciplinas e, ao mesmo tempo, evitar a diluição delas em generalidades. De fato, será principalmente na possibilidade de relacionar as disciplinas em atividades ou projetos de estudo, pesquisa e ação que a interdisciplinaridade poderá ser uma prática pedagógica e didática adequada aos objetivos do Ensino".

4.6.1 Horta Escolar:

O projeto Horta Escolar visa contribuir para o desenvolvimento de um processo de conscientização e sensibilização dos professores, educandos e a comunidade propiciando aprofundamento e atualização de conceitos e práticas fundamentais que qualificam e norteiam a Educação Ambiental ao segmento de ensino da Educação Fundamental, com vistas à formação humana integral do estudante.

- ✓ Discutir as diretrizes para a **prática docente** na perspectiva de construção da identidade docente e formação humana integral do estudante em relação as abordagens da Educação Ambiental.
- ✓ Criar um movimento de sensibilização entre os alunos e a comunidade local dentro de uma ética de respeito para com o meio ambiente;
- ✓ Proporcionar aos educandos e a comunidade possibilidades concretas de desenvolver suas habilidades e criatividade na execução da horta.
- ✓ Propiciar às pessoas da comunidade a oportunidade de atuar em atividades relacionadas ao meio ambiente através de palestras e minicursos.

4.6.2 Projeto de Jardinagem

O Projeto de Jardinagem na Escola constitui-se numa iniciativa de intervenção na realidade educacional em tempo que objetiva estimular a importância do homem na transformação do meio em que vive e o que as interferências negativas tem causado à natureza. Tem por objetivo contribuir diretamente com o trabalho docente estimulando experiências que orientem atitudes e a formação de novos hábitos com relação à utilização dos recursos naturais.

Objetivos:

- ✓ Contribuir para conscientização e valorização do meio ambiente.
- ✓ Desenvolver nos educandos o despertar para a necessidade de se aprofundar e se conscientizar de que o meio ambiente precisa de “ações” positivas para a manutenção do jardim na escola.
- ✓ Fortalecer o exercício de práticas que estimulem a importância do paisagismo e cuidado com o meio ambiente;
- ✓ Desenvolver no aluno, através do contato com as plantas o equilíbrio e realização;

- ✓ Promover a educação ambiental para harmoniosa convivência das pessoas humano com a natureza;
- ✓ Desenvolver ações pedagógicas que permitam o aluno identificar os tipos de tipos de plantas, solo, a preparação da terra, dos canteiros, adubação da terra, as formas de regar, a manutenção, etc.

4.6.3 Gincana Ecológica

No primeiro semestre de cada ano é realizada a Gincana Ecológica, tem como finalidade discutir temáticas referentes ao meio ambiente, as mudanças da natureza pela ação do homem por meio do trabalho, os impactos ocasionados as possíveis formas de intervenção no sentido de assegurar as próximas gerações os recursos naturais imprescindíveis a continuidade da vida humana no planeta.

- ✓ Contribuir para a formação de cidadãos e profissionais conscientes de seu papel na transformação da sociedade;
- ✓ Promover a integração entre estudantes, professores, funcionários, pais e comunidade, oportunizando a integração escola, família e comunidade;
- ✓ Promover atividades que despertem a solidariedade, cultivar o cuidado com o meio ambiente.
- ✓ Exercitar o espírito participativo como atitude positiva e enriquecedora da formação do cidadão;
- ✓ Desenvolver a imaginação criadora, desenvolvendo diversas formas de leitura e vivenciando o valor da liberdade exercida com responsabilidade e respeito.

A Gincana ecológica é sempre realizada tendo como base os critérios definidos pelo grupo de alunos no momento de escolha do tema. Espera-se que os educandos ampliem seus conhecimentos sobre os temas tratados relacionados ao meio ambiente, os alunos e percebam como a ação humana altera expressamente o meio

ambiente, para que estes reflitam sobre seu papel na melhoria do espaço onde vivem.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais 2. Ensino Fundamental 3º e 4º ciclo (5ª a 8ª série), vol. 1 a 08. MEC\SEF, 3ªed.* Brasília: a secretaria, 2001.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Linguagens, Códigos e suas tecnologias\Secretaria de Educação Média e Tecnológica - Brasília: MEC, SEMTEC, 2002.*
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Ciências e a natureza matemática e suas tecnologias.* Secretaria de educação média e tecnológica - Brasília: MEC,SEMTEC, 2002. .
- ENGUITA, Mariano F. *A face oculta da escola.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: *Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social.*
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação.* Porto Alegre: Arte medica 2000.
- GANDIN, Danilo. *Planejamento como prática educativa.* São Paulo: Loyola, s/d.
- _____. *A prática do planejamento participativo.* 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- _____. *Escola e transformação social.* 5ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. 41
- GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar.* 7. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem na escola: Reelaborando conceitos e recriando a prá*
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições.* – São Paulo: Cortez, 2002.

- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- PARANÁ. Grupo de estudos.
Disponível em <<http://www.seed.pr.gov.br/portals/bancoquestaoavaliativa/OrientacoesGeraisGE2008.pdf?PHPSESSID=2010080411160589>> acesso em 04/08/2010
- PASSOS, Ilma. ALENCASTRO Veiga (org.) *Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção Possível*. Campinas, SP: Papirus, 1995. – Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.
- REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 9ªed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VEIGA, Ilma P. A. *Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível*. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- VEIGA, I. P. A. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 15. Ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.
- VYGOTSKY, L.S. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- WENZEL, Renato L. *O professor: agente da educação?* Campinas (SP): Papirus, 1994.
- ZABALA, Antonio. *Como Trabalhar os conteúdos procedimentais em aulas*. Porto Alegre. Editora - Artes Médicas Sul Ltda. 1999.

ANEXOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Proponente :UNIVERSIADADE CATOLICA DO SALVADOR – UCSAL

Programa de Pós – Graduação em Planejamento Ambiental

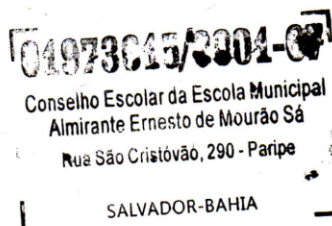
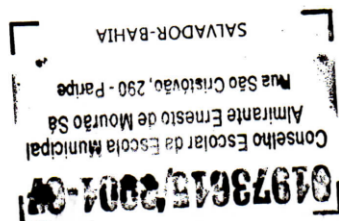
Eu, Jaciara Almeida da Paz matricula. 0.87.587.5
 Diretora da Escola Municipal Almirante Ernesto de Mourão Sá, Paripe,
 Salvador-Bahia, estou ciente e autorizo o pesquisador José Carlos Lima,
 a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado: Objetivos
 da Agenda 21 para a sustentabilidade : desafios e perspectivas das práticas ambientais
 em uma unidade escolar no município de Salvador - Ba , o qual será executado
 em consonância com as normas e resoluções que norteiam a pesquisa
 envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS 196/96.
 Declaro estar ciente de que a instituição proponente é corresponsável
 pela atividade de pesquisa proposta e executada pelos seus
 pesquisadores e dispõe da infraestrutura necessária para garantir o
 resguardo e bem estar dos sujeitos de pesquisa.

Salvador, 10 de julho de 2018.

J. Paz

Assinatura e carimbo do
 responsável institucional

Jaciara Almeida da Paz
 Diretora
 Aut. 1101.01.2018



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Objetivos da Agenda 21 para a sustentabilidade: Desafios e perspectivas das práticas ambientais em uma unidade escolar no município de Salvador- BA

Pesquisador: JOSE CARLOS LIMA

Versão: 2

CAAE: 94116218.1.0000.5628

Instituição Proponente: ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 081556/2018

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Objetivos da Agenda 21 para a sustentabilidade: Desafios e perspectivas das práticas ambientais em uma unidade escolar no município de Salvador- BA que tem como pesquisador responsável JOSE CARLOS LIMA, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Católica de Salvador - UCSal em 23/07/2018 às 08:25.

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589
Bairro: PITUACU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **Fax:** (71)3203-8975 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Objetivos da Agenda 21 para a sustentabilidade: Desafios e perspectivas das práticas ambientais em uma unidade escolar no município de Salvador- BA

Pesquisador: JOSE CARLOS LIMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 94116218.1.0000.5628

Instituição Proponente: ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.875.583

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa que tem por objetivo avaliar a importância da Educação Ambiental na implementação da Agenda 21 em uma unidade escolar no município de Salvador através das práticas ambientais. Para tanto, será realizada uma investigação qualitativa, sendo uma pesquisa aplicada. O estudo será realizado em uma escola municipal de Salvador. "O instrumento utilizado será um questionário [...] com 32 questões abertas e fechadas a ser aplicado com todos os representantes da transversalidade: pais, funcionários, professores, estudantes, comunidade do entorno da escola. [...] Haverá tabulação dos dados e construção de gráficos comparativos a partir desses levantamentos". No total, serão 30 participantes, 15 professores/funcionários e 15 estudantes/representantes da comunidade.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: "avaliar a importância da Educação Ambiental na implementação da Agenda 21 em uma unidade escolar no município de Salvador através das práticas ambientais".

Objetivos Secundários: "identificar as potencialidades do processo dos docentes quanto a sua formação inicial e continuada; promover ações para as lacunas identificadas, que fomentem a transversalidade de Educação Ambiental e Sustentabilidade; verificar os projetos de educação ambiental nas escolas analisadas quanto aos seus objetivos, procedimentos metodológicos, conteúdos e avaliação implementados; verificar se existe interação entre escola-comunidade nos

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589
Bairro: PITUACU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **Fax:** (71)3203-8975 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 2.875.583

projetos de educação ambiental e se estão relacionados aos problemas socioambientais na escola”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: “Como toda pesquisa qualitativa, poderá vir a ocorrer certo constrangimento por parte do pesquisado em responder ao questionário, por isso, há a clareza na hora da aplicação do questionário em dizer que a pessoa poderá preencher em outro momento ou desistir, quando quiser, do questionário”.

Benefícios: “Trará benefícios em relação ao modelo de documento construído que poderá servir de base para outras unidades escolares na construção de trabalho com educação ambiental”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa mostra-se relevante, pois amplia o conhecimento sobre educação ambiental em contexto de instituição educacional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Constam o cronograma de execução e o orçamento financeiro; três questionários, que estão adequados, do ponto de vista ético; e ofício da diretora da instituição a ser investigada autorizando a realização do estudo. No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, destinado aos professores e aos membros da comunidade foi incluído o contato do Comitê de Ética em Pesquisa/UCSal, conforme solicitação do próprio CEP. Também foi incluído o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido destinado aos estudantes menores de 18 anos.

A folha de rosto foi preenchida, assinada e carimbada.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto está aprovado, pois o pesquisador atendeu às solicitações de pendências emitidas pelo CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589
Bairro: PITUACU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **Fax:** (71)3203-8975 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 2.875.583

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1155356.pdf	27/08/2018 23:44:08		Aceito
Outros	TecleAssentimentoDoMenor.docx	27/08/2018 23:41:55	JOSE CARLOS LIMA	Aceito
Outros	TecleParaMenor.pdf	22/08/2018 07:44:57	JOSE CARLOS LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TECLE.pdf	22/08/2018 07:41:29	JOSE CARLOS LIMA	Aceito
Outros	AutorizacaoInstitucional.pdf	22/08/2018 07:41:06	JOSE CARLOS LIMA	Aceito
Outros	QuestionariosProfessorAlunoComunidade.docx	22/08/2018 07:39:42	JOSE CARLOS LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa.pdf	20/07/2018 02:03:09	JOSE CARLOS LIMA	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	20/07/2018 01:59:31	JOSE CARLOS LIMA	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	20/07/2018 01:58:55	JOSE CARLOS LIMA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	20/07/2018 01:57:27	JOSE CARLOS LIMA	Aceito
Outros	ConcordanciaDesesenvolvimento.docx	09/06/2018 16:03:35	JOSE CARLOS LIMA	Aceito
Outros	TermoCompromissodo.docx	09/06/2018 16:01:37	JOSE CARLOS LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 05 de Setembro de 2018

Assinado por:
ANDERSON ABBEHUSEN FREIRE DE CARVALHO
(Coordenador)

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589
Bairro: PITUACU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **Fax:** (71)3203-8975 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR- UCSAL
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TECLE

O (A) senhor (a) está sendo convidado a participar, como voluntário, de uma pesquisa intitulada: Objetivos da Agenda 21 : desafios e perspectivas das práticas ambientais em uma unidade escolar no município de Salvador; que será desenvolvida pela pesquisador José Carlos Lima, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento no Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador/UCSal.

Esta pesquisa tem por objetivo Avaliar a importância da Educação Ambiental no contexto da Agenda 21 em uma unidade escolar no município de Salvador. Através das práticas ambientais Para a coleta de dados/informações será aplicado um questionário com o (a) senhor (a). O questionário compreenderá perguntas relacionadas à Educação Ambiental (EA) e Ações Sustentáveis no ambiente escolar e terá duração aproximada de 40 minutos.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, o (a) senhor (a) poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para o(a) senhor(a) (Res. 466/12 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

Caso não se sinta à vontade com alguma questão do questionário, o (a) senhor (a) poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.

As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e que a sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato.

Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo.

Sua participação não implica em nenhum custo financeiro, mas caso tenha alguma despesa, o (a) senhor (a) será ressarcido (a).

O estudo apresenta benefícios conforme o CNS RES 466/12. Dessa forma, este estudo poderá ajudá-lo (a) a compreender a concepção dos profissionais

da educação sobre o tema Educação Ambiental e avaliar a importância desta no contexto da Agenda 21 em uma unidade escolar. Além disso, como benefício direto, o estudo consiste em conceber uma Proposta de Intervenção a partir da concepção de uma unidade didática para a referida unidade escolar. Pretende-se, em termos de retorno social, contribuir para a produção científica, quanto para o campo educacional uma vez que o espaço escolar é compreendido como um importante ambiente de ressignificação dos saberes socioambiental.

Segunda a Resolução 466/12 toda pesquisa envolve risco em tipos e gradações variados, porém esta pesquisa implica em risco mínimo aos participantes, uma vez que ela se propõe em coletar apenas percepções e preferências dos mesmos quanto às questões socioambientais da unidade escolar referenciada acima.

Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o(a) senhor(a) e a outra com o pesquisador.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com o pesquisador, poderá entrar **em contato por meio do endereço/telefone:**

José Carlos Lima – Telefone: (71) 99371-6202.

Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-graduação em Planejamento - Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador/UCSal - **CEP/UCSAL**. (Av. Cardeal da Silva, 205 - Federação, Salvador-BA, CEP: 40.231-902. **COMITÊ DE ÉTICA DA UCSAL**, tel.32038913 horário de atendimento de Segunda à sexta: 8h às 12h das 13 às 17h), **Fax:** (71)3203-8975 **E-mail:** cep@ucsal.br

Eu, _____ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local/data _____

Assinatura _____ do
participante: _____

Assinatura do pesquisador:

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR- UCSAL
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL
TECLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PARA O
MENOR
ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome _____ do _____ Participante:

Sexo: F () M () Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Nome _____ do _____ responsável _____ legal:

Documento de Identidade nº: _____

Endereço:

_____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ / () _____ /o

II -DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DA PESQUISA : Objetivos da Agenda 21 para a sustentabilidade : desafios e perspectivas das práticas ambientais em uma unidade escolar no município de Salvador – Ba

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: José Carlos Lima
Cargo/Função: MESTANDO/ PESQUISADOR

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Caro(a) senhor (a) seu filho (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: **Objetivos da Agenda 21 para a sustentabilidade : desafios e perspectivas das práticas ambientais em uma unidade escolar no município de**

Salvador – Ba , de responsabilidade do pesquisador : José Carlos Lima, mestrando da Universidade Católica do Salvador que tem como objetivo a aplicação de um questionário.....A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefíciosPARA a Educação Ambiental como um todo nesta Unidade Escolar de seu/sua filho(a)...Caso o Senhor(a) aceite autorizar a participação de seu filho (a) ele(a) será entrevistado com o questionário pelo aluno José Carlos Lima do curso de pós graduação em Planejamento Ambiental.Devido a coleta de informações seu filho poderá se sentir incomodado(a) , impaciente ou apresentar timidez por estar respondendo ao questionário..A participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que a identidade será tratada com sigilo e, portanto seu filho não será identificado. Esta pesquisa respeita o que determina o ECA –Estatuto da criança e do adolescente desta forma a imagem se seu filho será preservada.Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de autorizar a participação e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação e a de seu filho (a) com o pesquisador ou com a instituição.Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e o Sr caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade Católica do Salvador. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileiras é garantido ao participante da pesquisa o direito a indenização caso ele(a) seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, nos quais poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: José Carlos Lima.....

Endereço: . Rua Tuiuti, 112 Centro Edf.. Atalaia Ap 101 Salvador – Ba **Telefone:** .(71)99371-6202, **E-mail:**elsolrac@gmail.com

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP/UCSAL (Av. Cardeal da Silva, 205 - Federação, Salvador-BA, CEP: 40.231-902. Comitê de Ética da UCSAL, tel.32038913 horário de atendimento de Segunda à sexta: 8h às 12h das 13 às 17h), **Fax:** (71)3203-8975 **E-mail:** cep@ucsal.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO.

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa : Objetivos da Agenda 21 para a sustentabilidade : desafios e perspectivas das práticas ambientais em uma unidade escolar no município de Salvador – Ba, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em autorizar a participação de meu filho(a) sob livre e espontânea vontade, como voluntário, consinto também que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

_____, ____ de _____ de _____.



Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador discente (orientando) Assinatura do professor responsável (orientador)